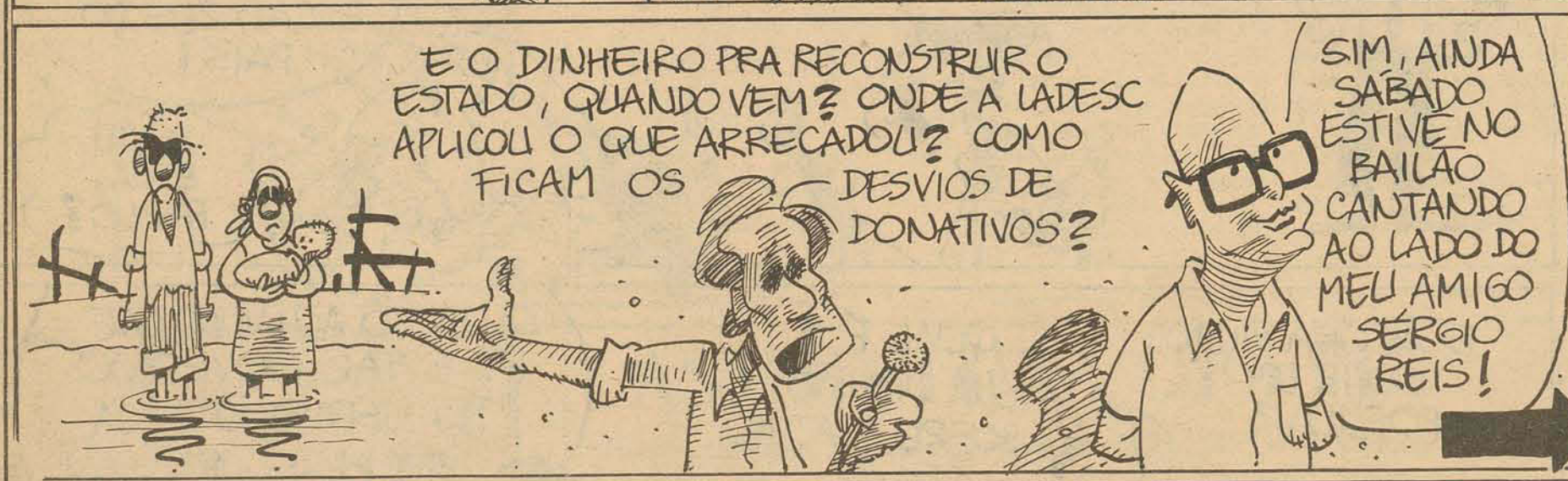


MAIORIA

Florianópolis, Novembro/Dezembro de 1983

Distribuição gratuita-Número 5



PMDB, que partido é este?
(página central)

Nós queremos eleições diretas, o que Amin anda falando é outra coisa, só pra aparecer. O homem de confiança dos Bornhausen e de Amin em São José dos Cedros vai pra cadeia, condenado pela Justiça como falsário. O ex-prefeito de Araquari loteou terras do município entre familiares. O prefeito de Porto União vai buscar no Rio e São Paulo o dinheiro para reconstruir sua cidade. Cuidado com a turma do plimlim.

?

AFINAL, O SR. ESTÁ COLOCANDO EM PRÁTICA A PROMETIDA "OPÇÃO PELOS PEQUENOS"?

JAMAIS ME FURTAREI AO DEBATE AMPLO!

NAS REDES NACIONAIS DE TV...

UM DOS SEUS SLOGANS NA CAMPANHA FOI "AMIN FAZ", ENTÃO, COMO ESTÃO AS OBRAS DA 3ª PONTE E DA BR-282?

SIM, SEMPRE QUE POSSO PARTICIPO DE UMA PARTIDINHA DE FUTEBOL, A CONFRATERNIZAÇÃO COM O POVO É FUNDAMENTAL!

AQUI BREVE OBRAS DA 3ª PONTE

MAS GOVERNADOR, E O PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO, SAI EM DIA? E O ALIMENTO? E O 13º?

ORA, O DEPUTADO MALUF É UM DOS POLÍTICOS MAIS DINÂMICOS E CAPAZES DO PAÍS!

OUVIU ESSA, PAULO?

E AGORA VAMOS OUVIR UM POPULAR

QUAL É A SUA OPINIÃO SOBRE A ATUAL GESTÃO ESTADUAL?

OLHA, TÔ ACHANDO QUE ESSE TAL GOVERNO "TRANSPARENTE" JÁ TÁ MAIS PRA INVISÍVEL!

Fedat

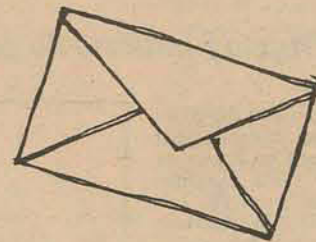
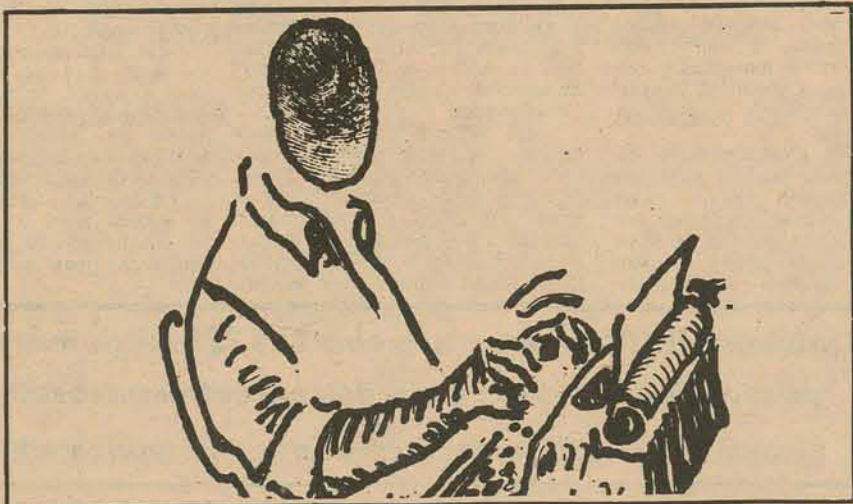
Repensando as eleições

Um ano depois de ganhar as eleições para o governo de Santa Catarina e nove meses depois de assumir, Esperidião Amin é considerado por setores da imprensa comprometida como "o mais popular governador do Brasil", um "potencial candidato a vice-presidente" e classificado como "dinâmico", "competente", "renovador" — e tudo com base em "sólidas pesquisas".

As pessoas precisam recordar que Amin chegou ao governo (montado numa fantástica e caríssima máquina eleitoral) prometendo promover Santa Catarina — mas nove meses depois, como vimos, conseguiu apenas badalar seu próprio nome.

Repensando as eleições — a fraude ficou visível desde o episódio das pesquisas manipuladas até o simples voto carbonado de Criciúma e nos eleitores-fantasmas do interior — 1.500 peemedebistas estiveram reunidos em Lages, no dia 15, concluindo que o PMDB precisa desenvolver um trabalho conseqüente nas bases para tornar-se um partido de massas e que deve exigir nas ruas eleições diretas para presidente.

Na análise dos erros da campanha passada, outra conclusão quase unânime: quando Pedro Ivo reconheceu a derrota do partido, muito antes que a Justiça Eleitoral o fizesse, sua declaração não foi apenas emocional. Foi intencional. Os conciliadores já disputavam, então, a hegemonia do partido. Sua declaração inoportuna desmobilizou a fiscalização do PMDB no momento em que ela era vital, dando uma punhalada mortal nos militantes. A ação de Pedro Ivo, portanto, foi mais ruinosa que toda articulação de votos carbonados, eleitores-fantasmas e dos manipuladores de atas. Outros companheiros deixaram de ser eleitos à Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores.



O general Leandro da Silva Vieira, de Lages, restaurador e comandante da Guarda Nacional do Exército Brasileiro colocou suas tropas à disposição do Lutas da Maioria. Agradecemos e enviamos um Dienpax. O camarada Luis Carlos Prestes também escreveu, enfatizando que "é através da luta contra a miséria e a fome, contra a falta de trabalho, contra as leis do arrocho salarial, contra a carestia do custo de vida, que poderemos agora acelerar a organização dos trabalhadores, elevar o nível de sua consciência política e revolucionária, mobilizá-lo e levá-lo a que se una para lutar contra a ditadura, pelas liberdades democráticas".

As cartas desta edição começaram com um general, um estranho general, depois foram pro velho comunista e têm também polícia: o secretário da Comissão de Defesa do Policial Civil, Ailton Cardoso, denuncia que "o medo e a inoperância assolam a categoria, a fome há muito já bateu em nossas portas. Os policiais catarinenses tornaram-se, na atual conjuntura econômica, política e social, verdadeiros fantoches e polichinelos de uma estrutura repressiva. Todos serão enviados ao matadouro como gado, a serviço dos interesses das classes dominantes, quando houver uma agudização da crise política".

Conseguiu me assustar, ufa. Bem, chega por hoje, nossa caixa postal é 1295, Florianópolis, à sua disposição.

ASSINATURA GRÁTIS

Receba em casa, de graça e por 6 meses, o Jornal Lutas da Maioria.

Nome:

Endereço:

EDITORA MAIORIA

Caixa Postal, 1295

88.000 - Florianópolis, SC.



Corte aqui

Sem terra e sem esperança

Projeto fundiário do governo é uma farsa. Só reforma agrária pode dar a terra a quem nela trabalha

O projeto de lei do governo de Esperidião Amin, que pretende criar o Fundo de Terras, não vai beneficiar os agricultores de Santa Catarina. Na verdade, ele não passa de mais uma medida demagógica e oportunista do governo estadual, que poderá voltar-se contra os próprios trabalhadores rurais, hoje sem terra.

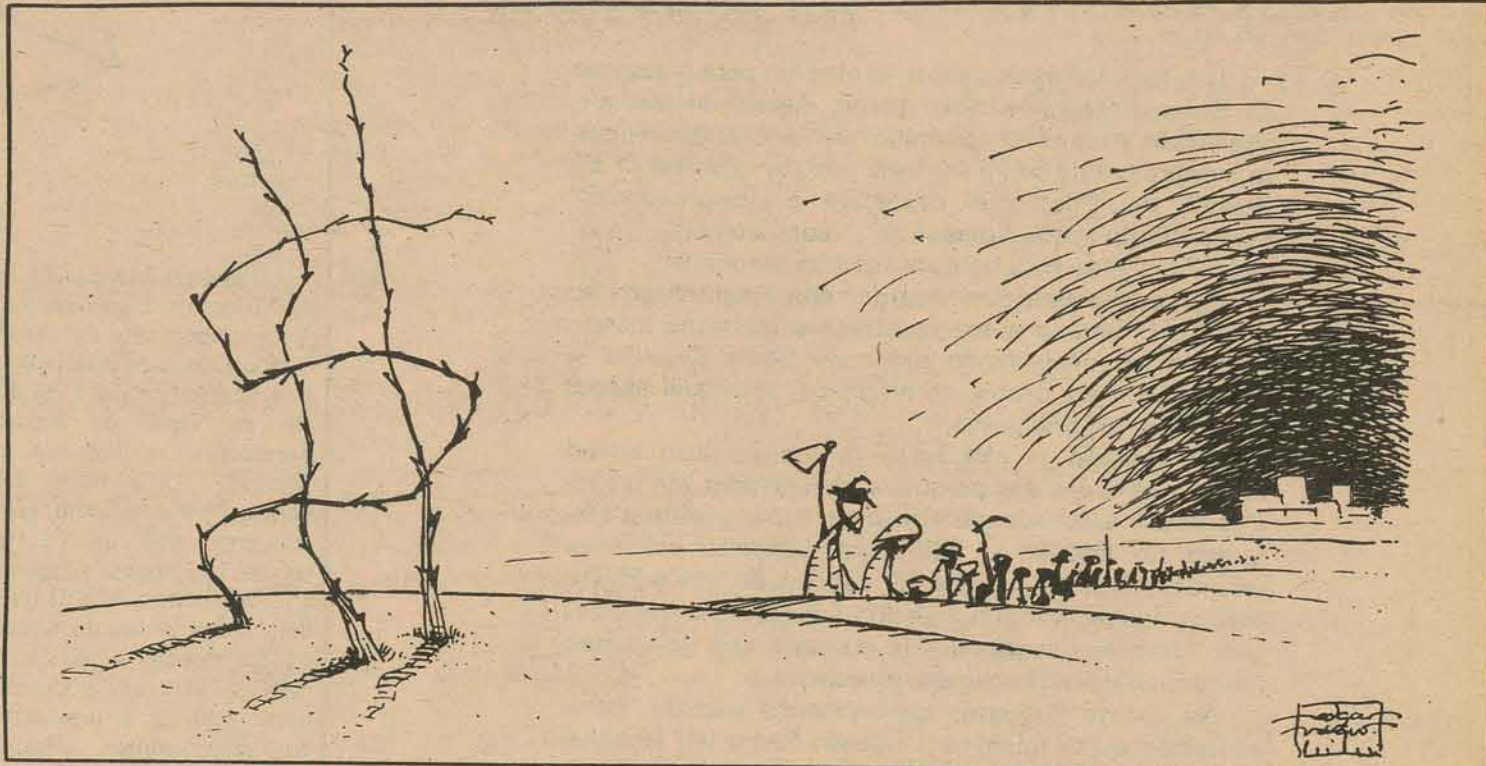
O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, diz que o projeto do governo, não mexendo na estrutura da posse de terras e nem no uso delas, não poderá satisfazer a necessidade dos mais de 120 mil agricultores sem terra em nosso Estado. O pior de tudo, segundo ele, é que aqui existem mais de 700 mil hectares de terras improdutivas. Para Dom José "o projeto prevê o assentamento de 5 mil e 600 agricultores em quatro anos, mas é o mesmo que colocar uma gota d'água no oceano". E lembra que os dados do governo estão totalmente defasados, baseando-se nos números de 1975, em torno de 37 mil agricultores.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra ressalta que a concentração de terras gera, sem dúvida, um acentuado êxodo rural, determinando que os sem terra acabem engrossando o cinturão de miséria e de desempregados das cidades. Para ele, a reforma agrária é a necessidade número um da agricultura brasileira.

PARTICIPAÇÃO

Dom José entende, contudo, que os problemas de terra brasileiros são decorrentes da própria história do país, cujos governos sempre primaram pelo favorecimento ao latifúndio, em detrimento dos pequenos proprietários. E acrescenta o bispo de Chapecó que, "dentro do capitalismo, será muito difícil fazer uma ampla, profunda e radical reforma agrária, conforme proposta do III Congresso da Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura".

Diante desta situação, Dom José explica que a Comissão Pastoral da Terra não está ausente dos problemas e conflitos da classe trabalhadora, nem tampouco da política partidária. Entende que esta participação se faz necessária, na medida em que busca justiça para milhares de agricultores sem terra e para os trabalhadores em geral. Ressalta que a atuação da Comissão Pastoral da Terra se dá na orientação dos trabalhadores e agricultores, dentro do amplo direito assegurado pela Constituição, para lutar por seus direitos.



Entende, também, que os pequenos agricultores são os grandes responsáveis pela produção de alimentos em todo o Estado. Justifica que, com apenas 40 por cento das terras cultiváveis de Santa Catarina, e com extensão média de 50 hectares, estes trabalhadores são capazes de produzir 72 por cento da renda estadual no setor.

Dom José Gomes condena o projeto do governo, também, pelas consequências financeiras que trará aos agricultores. Segundo ele, o projeto vai emprestar dinheiro a uma família que paga à vista o proprietário de terras e, depois, devolve ao Fundo de Terras, ao fim de 13 anos, com três de carência. Para o bispo, isto representa um recuo ao próprio Estatuto da Terra, que determina que, nas desapropriações, o proprietário receba apenas as benfeitorias à vista e o valor equivalente a 20 por cento da terra. O restante, de acordo com ele, é pago com títulos da dívida pública - ORTNs, com 10 anos para o governo pagar o proprietário.

Por outro lado, vem sendo discutida cada vez mais freqüentemente e com mais vigor, a questão da reforma agrária em nosso país. Tanto é assim que já incorporou-se aos programas da maioria (senão de todos) os partidos de oposição e constou da plataforma eleitoral de muitos candidatos aos quatro níveis de representação parlamentar (vereador, deputado estadual e federal e senador).

Além disso, consolidou sua presença na plataforma de lutas do movimento sindical dos trabalhadores rurais e dos órgãos superiores dos trabalhadores brasileiros: a CUT (São Bernardo) e a CONCLAT (Praia Grande). Figura, ainda, no ideário de outras formas de movimentos populares, como os movimentos eclesiais de base, a Comissão Pastoral da Terra, associações de profissionais liberais, etc.

Contudo, a insensibilidade do governo militar, também para essa questão, é flagrante. Isto que a lei de reforma agrária, conhecida por Estatuto da Terra, foi obra do golpe de Estado de 1964, matriz de todos os governos militares que se sucederam a partir de então. E foi obra sua porque estava pressionado, por um lado, pelos movimentos populares ainda não desmantelados pela repressão e, por outro lado, pelo governo norte-americano (Kennedy), que não queria ver uma nova Cuba no continente e obrigava os governos latino-americanos a "legislar" a respeito do problema.

Os resultados dessa política são por demais conhecidos: simplesmente conseguiu ampliar territorialmente os conflitos pela posse da terra. É difícil hoje encontrarmos um Estado brasileiro onde não haja disputas por terras, com maior ou menor dose de violência.

Em razão disso tudo, mais do que nunca é preciso que utilizemos todas as formas de pressão para que este governo que está aí tome alguma atitude que beneficie os milhares de brasileiros marginalizados por esse processo de concentração no campo.

A campanha nacional pela reforma agrária, nesse sentido, pretende ser um importante passo na conscientização mais ampla da população a produção de alimentos básicos à população.

LATIFÚNDIO

Tal política teve como mola mestra a oferta de crédito relativamente abundante, vinculado à adoção de "tecnologias modernas", amplamente subsidiado e favorecendo a agricultura de exportação e a de matérias industriais de mercado interno. Dessa forma, relegou para segundo

plano a produção de alimentos básicos à população.

Por outro lado, a colonização da Amazônia, utilizada inicialmente como válvula de escape do "sistema" montado em 1964, voltou-se contra o feitiço na medida em que este passou a privilegiar, na mesma região, grandes investimentos, via os "famosos" incentivos florestais.

Os resultados dessa política são por demais conhecidos: simplesmente conseguiu ampliar territorialmente os conflitos pela posse da terra. É difícil hoje encontrarmos um Estado brasileiro onde não haja disputas por terras, com maior ou menor dose de violência.

Em razão disso tudo, mais do que nunca é preciso que utilizemos todas as formas de pressão para que este governo que está aí tome alguma atitude que beneficie os milhares de brasileiros marginalizados por esse processo de concentração no campo.

A campanha nacional pela reforma agrária, nesse sentido, pretende ser um importante passo na conscientização mais ampla da população.

O golpe do seguro

Após as enchentes de julho e agosto, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, autorizou a liberação de 227 mil cruzeiros para cada mutuário dos conjuntos Costa Cavalcanti, Bambuzal e Pró-Morar, em Itajaí, que tiveram todos os seus bens perdidos. A verba total, para os dois mil mutuários daqueles conjuntos, daria 455 milhões de cruzeiros. Mas eles estão recebendo muito menos do que têm direito. Onde está o resto do dinheiro?

A revelação e denúncia é do presidente da Associação dos Mutuários de Habitação do Brasil, seção de Santa Catarina, acrescentando que apenas 10 por cento receberam a totalidade da indenização, 227 mil cruzeiros.

Paulo Estrella denuncia que os outros mutuários estão recebendo muito menos, e cita como exemplo o caso de Dejauro Ramos, que foi indenizado em apenas 42.700,00.

O presidente da ASMUTHBRAS

estranha, também, que a COHAB tenha emitido os cheques em nome dos mutuários, direito reservado à Cia. Seguradora Atlântica de Seguros S.A. E levanta a dúvida se a COHAB recebeu indenização total da Seguradora e, depois, pagou, através de seus cheques, importâncias bem inferiores aos mutuários.

Lamenta, ao mesmo tempo, a política barata do deputado Amílcar Gazaniga, do PDS, que reuniu os mutuários daqueles conjuntos e prometeu o pagamento total imediatamente, o que não ocorreu. E estranha, por outro lado, o comportamento do presidente da COHAB-SC Marcos de Almeida Brusa, pelo silêncio diante das providências que pediu há mais de 30 dias sobre o caso.

Paulo Estrella destaca que cerca de mil daqueles mutuários já enviaram documentação para que a ASMUTHBRAS ingressasse com ações em juízo, requerendo o pagamento da indenização dos bens e recuperação do imóvel.

Cada mutuário do BNH deveria receber Cr\$ 227 mil de indenização pelas cheias. Como ele, quase dois mil outros receberam apenas Cr\$ 42 mil, muito menos do que tinham direito.

| | | | | |
|---|----------|---------|-------|---------------|
| CGC/CPF | Nº Conta | Nº | Banco | Cr\$ |
| 83.883.710.0001.34 | 14.030-8 | 286.196 | 027 | - 42.700,00 - |
| COHAD CONTA SEGURO | | | | |
| Pague por este cheque a quantia de (QUARENTA E DOIS MIL E SETECENTOS CRUZEIROS) .c. | | | | |
| DEJAURO J. RAMOS | | | | |
| Banco do Estado de Santa Catarina S.A. | | | | |
| BESC | | | | |
| 48 ESTREITO FLORIANÓPOLIS SC | | | | |
| R. CEL PEDRO DEMARO, 1466 | | | | |
| FGL19 16 SETEMBRO 83 | | | | |
| COHAB-SC | | | | |
| Diretor Administ. e Financeiro | | | | |
| D. Jor. Presidente | | | | |

Os cheques são de apenas Cr\$ 42 mil e 700. Quem ficou com o troco?

A prefeitura como extensão dos negócios da família. Esta foi a "política administrativa" do ex-prefeito Miguel Tito Rosa (PDS), de Araquari, no norte do Estado. Rosa utilizou o poder do cargo para obter, da Capitania de Portos de São Francisco do Sul, o registro de uma extensa área de terra na Barra, a 18 quilômetros do centro da cidade. Um detalhe importante: ele mesmo declarou o local área de lazer, impedindo que outras pessoas obtivessem o registro dos terrenos.

A denúncia é do vereador José Antônio, do PMDB, que promete uma longa batalha ju-

dicial contra a falcatura, "para devolver à população o direito de utilizar aquele balneário". O comerciante conhecido como Pingo, um dos filhos de Miguel Rosa, está oferecendo lotes no local por cerca de 600 mil cru-

Primeiro os meus

Ex-prefeito de Araquari loteou terras do município com a família. Ele era do PDS

zeiros cada um. Segundo corretores imobiliários de Araquari há cerca de 100 lotes em nome de familiares e apaniguados do ex-prefeito.

Mas a ficha de Miguel é grande: o próprio Tribunal de Contas do Estado rejeitou as contas de sua administração, constatando um rombo de 20 milhões de cruzeiros. Fatos como este aconteceram em Cri-

ciúma, Ibirama e outras prefeituras legadas pelo PDS ao PMDB como "terra arrasada". Em Araquari, entretanto, o fato é mais grave porque Miguel Rosa foi acobertado pelo Legislativo. A Câmara de Vereadores, onde o PDS tem cinco vereadores e é maioria, aprovou as contas irregulares. Na quarta-feira, 16 de novembro, toda bancada pedessista abandonou o plenário, para evitar que o PMDB discutisse o tema. O vereador Hélio Dias, do PMDB, líder da bancada oposicionista, garante que o partido recorrerá à Justiça contra a decisão do PDS.

Mais um corrupto nomeado por Jorge Bornhausen e Esperidião Amin é condenado. Desta vez, foi o prefeito de São José dos Cedros (área de Segurança Nacional), Cladi Grando, condenado a três anos e meio de cadeia, por falsificação de documentos públicos. Além do prefeito do PDS, nomeado por Bornhausen e confirmado no cargo por Amin, este ano, o juiz Ivo Gerlach condenou também o ex-prefeito de São José dos Cedros, Jaime Júlio Will, também do partido do governo, e Etelvino Luiz Testa, igualmente do PDS. Todos envolvidos em falsificação de documentos.

Tudo começou em 24 de abril de 1979, quando a Câmara

Prefeito. E falsário

Foi em São José dos Cedros. Homem indicado por Amin vai pra cadeia por falsificação de documentos

Municipal da cidade exigiu que Etelvino se desincompatibilizasse como vereador ou deixasse a função oficial de administração que acumulava, o que é proibido

do pela Constituição Federal.

Testa entrou, então, com mandado de segurança contra o presidente da Câmara, dizendo

que já havia se exonerado. Só que o documento apresentado pelo vereador do PDS era falso, e foi falsamente autenticado pelo secretário geral da Prefeitura da época, Jaime Will, e pelo prefeito Cladi Grando.

Com o caso indo parar na Justiça, os três envolvidos passaram a falsificar inúmeros documentos, para provar que estavam certos. Mas não adiantou.

Depois de um processo de quatro anos e 54 laudas, os falsários do PDS finalmente foram condenados e estão com seus direitos políticos suspensos.

Pelo menos desta vez, os amigos corruptos de Bornhausen e Esperidião Amin foram pegos. E, ao menos desta vez, houve justiça.

Promessas cumpridas

Prefeituras de Criciúma e Pedras Grandes adotam soluções simples. E eficazes.

Passados nove meses da posse, alguns prefeitos eleitos pelo PMDB, ao contrário do governo estadual, já estão colocando em pleno andamento suas promessas de campanha. Em Criciúma, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento está organizando os agricultores para que estes "possam fazer seus preços, ter poder de barganha na compra e utilização dos insumos e pressionar os governantes para mudança do atual quadro injusto", conforme assinala o jornal Formigueiro.

Até agora já existem os núcleos agrícolas de Sanga do Engenho e Santa Terezinha, que têm à disposição duas retro-escavadeiras e estão criando seus próprios secadores de cereais. Ainda contam com assistência veterinária e com serviço de insemi-

nação artificial.

O secretário Luiz Dal Farra disse que no próximo ano serão fundados novos núcleos em outras localidades rurais de Criciúma, quando sua Secretaria terá maiores condições de assistir aos agricultores, já que o orçamento deste ano é muito pequeno, pois foi programado pela administração do PDS que nunca lembrou dos produtores rurais.

Educação

O ensino na rede municipal não é mais o tradicional, aquele completamente desvinculado da realidade dos alunos. Isto é o que garante a professora Lia Domingues, da Secretaria de Educação. Depois de muitas

discussões e avaliações com o partido, Fundação Pedrosa Horta, pais de alunos e outros órgãos da administração, fala-se hoje na cidade em educação popular, educação libertadora.

E isto está se fazendo através da criação de uma escola que venha ao encontro das necessidades reais do aluno e da comunidade, onde ele vive. Para a professora Lia, "isto só pode acontecer na medida em que professores e diretores e todo o pessoal envolvido na educação conheçam esta realidade e trabalhem em função dela".

Os livros didáticos oficiais falam no mundo da cidade grande e da vida das classes mais abastadas. Não falam das condições injustas em que vivem as pessoas das periferias, muito menos questiona as relações sociais.

Isto está sendo mudado em Criciúma, como também o relacionamento formal dos professores com os alunos, sistematicamente uma relação autoritária de quem é o dono do saber e da palavra.

Pedras Grandes

Uma das administrações mais dinâmicas do PMDB é a de Adelfo Felipe, de Pedras Grandes, um pequeno município do sul do Estado. Lá a Prefeitura, apesar de ter aumentado a frota de veículos (uma retro-escavadeira e um caminhão) baixou o consumo de gasolina (31,6 por cento do que se consumia em 82) e o óleo diesel (65,7 por cento de 82) sem reduzir os serviços prestados.

A Prefeitura está mantendo uma creche e deixou de cobrar o imposto estradal, uma taxa rodoviária que o pessoal do interior pagava para a conservação das estradas. Agora este serviço é feito com areão doado. Muitas pessoas já fizeram doações. Também ao mesmo tempo em que assegura a permanência de um agrônomo no município, que doa um milhão de cruzeiros ao Colégio Champagnat e que inicia as obras do hospital municipal, o prefeito e seus assessores deixaram de receber diárias dos cofres públicos.

Cidade abandonada

Amin nega verbas para Porto União. Prefeito vai procurar governadores da oposição.

O governo de Esperidião Amin perde cada vez mais sua credibilidade e confiança. Embora o governador e seu secretariado alardeiem aos quatro ventos a campanha de Reconstrução do Estado, na prática quase nada tem sido feito.

Agora, cansado de esperar pelas

promessas de Amin, Alexandre Puzyna, prefeito de Porto União, um dos municípios mais atingidos pelas inundações, afirma que vai procurar auxílio financeiro para a recuperação da cidade junto aos governos de São Paulo e Minas Gerais (PMDB) e do Rio de Janeiro (PDT).

Puzyna diz que "já perdi as es-

peranças em conseguir recursos em Santa Catarina, pois só ouço promessas de Amin e nada mais. A única alternativa é recorrer para os governos de São Paulo, Minas e Rio".

O prefeito de Porto União observa que sua cidade precisa de 100 milhões de cruzeiros para recuperar-se, parcialmente, das enchentes e

que até agora somente conseguiu 10 milhões do DNER, órgão federal, para a recuperação de estradas, e nem um tostão do governo de Esperidião Amin.

Passados quatro meses das enchentes que assolaram o Estado, Porto União ainda não voltou ao normal, e Puzyna não acredita mais que o governo estadual ajude o município.

Na verdade, por ser Porto União uma prefeitura do PMDB, certamente o governo do Estado não está muito interessado em ajudá-la. É uma tentativa, como tantas outras, de desgastar a prefeitura junto à população, que segundo Puzyna, "está amedrontada, já que as possibilidades de novas enchentes não estão descartadas".

Oportunismo

O governo do Estado continua sua trajetória oportunista. Recebendo milhões de cruzeiros em doações

por parte de campanha financeira entre pessoas e entidades, independente de marca partidária, Esperidião Amin usa agora esta verba, preferencialmente, em favor das prefeituras do PDS.

Mais um exemplo que desacredita Amin, seu secretariado e a campanha de Reconstrução, sustentada em sua base, até aqui, somente pelas enormes verbas gastas em propaganda a seu favor.

Por essas e outras, o governo do Estado merece cada vez menos confiança e menos credibilidade. O populismo demagógico de Amin será julgado pelo tempo e pela prática, que certamente vai reverter o discurso governista e mostrará que a campanha de Reconstrução, em sua essência e até aqui, tem servido para ampliar a corrupção governista e tentar fazer das inundações e enchentes a ponte para 1986.

Os perseguidos

Amin ameaça funcionalismo. Clima de medo nas repartições

Mentira em dose dupla: o governador pagou anúncios nos jornais, no Natal, "reafirmando o compromisso expresso na Carta aos Catarinenses de valorizar o magistério. Dos desentendimentos havidos no início da minha gestão, não guardo ressentimentos".

Primeira mentira: não valorizou o magistério, ele precisou da greve de maio para conseguir seu aumento, que mesmo assim ficou abaixo do prometido em campanha eleitoral.

Segunda mentira: guardou ressentimentos. E se vingou dos líderes da greve e dos professores mais atuantes, transferindo alguns de seus postos e cortando o pagamento de outros.

Mas perseguições políticas não são "privilegio" dos professores nos tempos de mentira em que vivemos: o dedo duro de Amin também pegou outros funcionários públicos. Até mesmo o jornalista Artur Scavone, teoricamente a salvo do espírito revanquista de Amin, já que trabalhava numa empresa privada (Jornal O Estado) foi desempregado por pressão do governador. Scavone atraiu a fúria do palácio num encontro de trabalhadores, por ter tentado impedir o governador de perturbar a assembléia.

AS VÍTIMAS

Como é costumeiro nas atitudes de Amin, ele deixou esfriar a repercussão da greve dos pro-

fessores para punir com suspensão vários que participaram do movimento, com o objetivo de obter melhores condições para lecionar.

Além da transferência de alguns professores e das ameaças diárias que até hoje sofrem outros, como Regina Fátima Teixeira (Criciúma), Sônia Beth e Rosa Maria Denill (Joinville),

Sandra Magalhães (transferida para Laguna), Elza Ungaretti da Silveira (continua ameaçada em Chapecó), o governador ordenou que o Secretário da Educação, Moacir Thomazi, suspendesse por três dias mais 21 professores da região sul de Santa Catarina.

São eles: Milton Mugnaini, Edison Ramos, Elton Tibes da

Silva, Maria Délcia Colle, Ana Sônia Bessa, Maria Derotilde Sá, Dirlene Dario Volpato, Susete Ramos Melo, Maria Helena Lopes, Rosa dal Farra, Jair Ribeiro, Irani Floriano, todos de Criciúma; Maria Santa Alves, Edna Elias Nunes, Maurício da Silva, Aurélio Rinaldi Nascimento, Geraldo de Souza Carvalho, Regina Guedes Bittencourt (Tubarão);

mais Hélcio Elias Nunes (Imbituba), Sandra Crespo de Magalhães (Laguna) e Lia Scholze Domingues (Morro da Fumaça).

Além da perda de dinheiro com o desconto em folha dos três dias, além da injustiça e do autoritarismo do ato, típico de governantes como Amin, cuja "opção pelos pequenos" não passa de um exercício de demagogia e oportunismo baratos, os professores correm o risco, caso não ganhem a ação já impetrada na justiça, de verem suspensas também suas licenças-prêmio, pois a suspensão interromperia o período de presença contínua ao magistério, requisito para a licença.

MAIS PERSEGUIÇÃO

Mas a vingança e a perseguição de Amin não param aí. Outros integrantes do quadro de funcionários estaduais também vêm sendo perseguidos pelo governador.

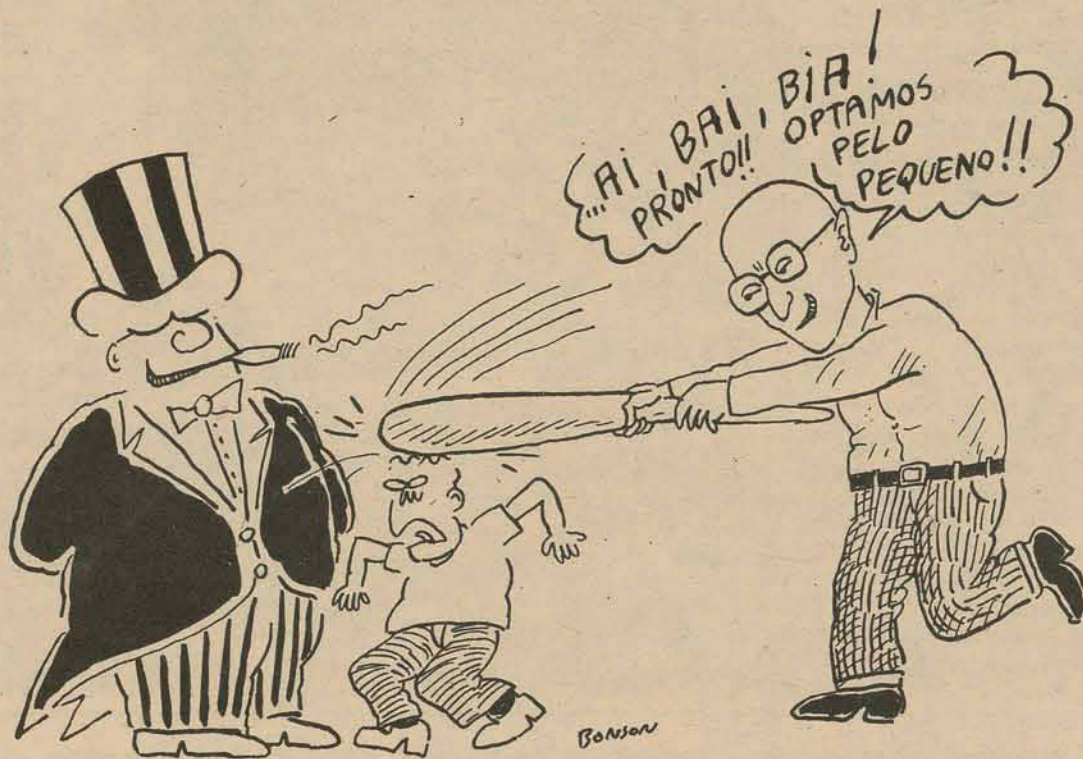
Somente pelo fato de não terem assinado ficha no PDS e nem feito campanha para Amin em 82, muitos servidores estaduais já foram transferidos, em outros setores.

São exemplos, os fiscais da Secretaria da Fazenda, Jacó Souza Filho, Ondino Doin Vieira e Artêmio Goulart. Foram surpreendidos com suas transferências para regiões remotas do estado.

Maria Terezinha acusa deputados e vereadores de iludirem o povo, na época eleitoral, com "um montão de promessas, depois não cumpridas". E revolta-se com a cena diária, dos filhos pequenos chorando e com fome. E tem medo de que eles cresçam e se tornem ladrões ou assassinos. Para sobreviver.

Já o marido Hélio Cardoso, servente de Obras, cansado de procurar emprego, acha que essa perspectiva está cada vez mais distante. E diz que não sabe como sua família irá sobreviver, ou quanto tempo vai resistir. E adverte que, "do jeito que as coisas não dão pra continuar".

Amontoados numa pequena casa de madeira, Hélio, Maria Terezinha, e os cinco filhos, a exemplo de milhões de brasileiros, vivem em condições sub-humanas, em local sem água tratada e sem esgotos, que correm em valos abertos, onde as crianças brincam. Como milhões de brasileiros, correm o risco de graves doenças.



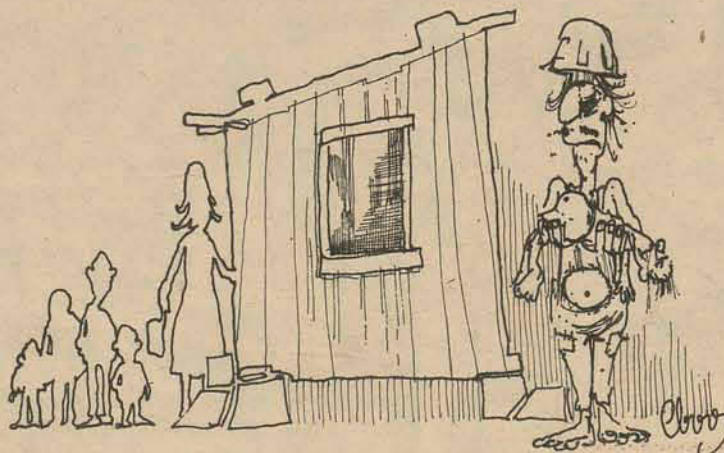
Retrato da miséria

Uma família do Morro da Caixa sobrevive com salário.

bram 15 mil para comprar comida para todo o mês. E com este dinheiro, como comprar os

produtos de primeira necessidade, como leite, carne, ovos, farinha de trigo e arroz? O prato

diário da casa é feijão, mexido, remexido e aguado. É o que resta.



Cálculos demonstram que o mínimo, hoje, deveria ficar, para uma família de quatro pessoas, ao redor dos 220 mil cruzeiros. Os atuais 57 mil não dão nem para o essencial de alimentação. A família Cardoso, moradora do Beco do Júlio, Morro da Caixa, Florianópolis, é exemplo típico dos reflexos da crise, cada vez maior.

Maria Terezinha Cardoso, doméstica, 29 anos, ganha 25 mil por mês. O marido, Hélio, 37 anos, é desempregado. Cinco filhos, dos quais somente um, de 15 anos, tem um sub-emprego: na Prefeitura de Florianópolis, onde recebe nove mil mensais. A filha, Maria de Lurdes, 14 anos, é deficiente e precisa estudar em escola de educação especial. Mas não estuda. Não existe dinheiro sequer para o ônibus, que agora aumentou de novo. Adilson, 12 anos, não sabe escrever nem ler. E os dois menores, 2 e 4 anos, ficam com o pai.

Pagando luz, água e impostos, Maria Terezinha diz que so-

15 mil pessoas na concentração pró-diretas de Camboriú, dia 14



Diretas já

O trem das eleições diretas está começando a descer a ladeira, sem freios. Todas as pesquisas de opinião — até uma do insuspeito SNI — confirmam que mais de 90 por cento da população quer escolher um presidente.

Colégio, conciliação, mandato-tampão, candidatos ungidos, indicados, presumidos, bolsões sinceros mas radicais, ameaças — nada detará o trem da história. E quem ficar na frente será atropelado pela pesada locomotiva que é o povo organizado.

Nas ruas o povão fala de Alfonsín como se o presidente argentino fosse sambista ou jogador de futebol — é mais conhecido do que muitos políticos brasileiros. Em apenas um mês, respaldado pelo voto direto, botou pijama nos generais golpistas, suspendeu os pagamentos de uma dívida externa que sangrava a economia do país, readmitiu 5 mil funcionários demitidos por perseguições políticas e mandou desenterrar os mortos pela repressão — ao mesmo tempo em que mandou investigar, prender e processar os responsáveis pelos crimes.

A nossa vez vai chegar — e saia da frente quem quiser impedir.

O povo brasileiro não quer mais saber de conciliação nem de adesão. Não quer mais saber de adiamentos e acertos de cúpula, mesmo que feitos por opositoristas. O povo brasileiro quer decisões que mudem, que avancem. Quer decisões que podem e devem ser tomadas agora. Como eleições diretas para presidente da República.

Coerente com isto, no comício pró-diretas iniciado às oito da noite do dia 14, com representantes dos vários partidos de oposição, as vozes foram contra o governo e o regime

foram também as que mais sacudiram o público e obtiveram apoio.

O comitê suprapartidário pró-diretas em Santa Catarina, que além dos partidos de oposição conta também com a adesão oficial de 30 entidades de classe, estudantis e de defesa dos direitos humanos, tem pela frente uma campanha que exige reflexão e ação. Articuladas e fortes. Como a própria vontade do povo de mudar o país e de eliminar a corrupção governamental e militar. Como a própria vontade de transformar o país e tornar a sociedade

brasileira mais democrática e humana.

Esta vontade foi expressa durante todo o dia 14, desde às nove horas, quando dezenas de representantes dessas entidades e populares subiram à tribuna livre, na Praça Tamandaré, para exigir o fim da corrupção do governo, o fim do autoritarismo e impunidade militares, e o fim do regime.

Com eleições diretas para presidente, em 15 de novembro de 1984.

Francisco José Karam



“O Brasil é uma republiqueta sem credibilidade, comandada por meia dúzia de generais, banqueiros e grupos internacionais — só deixará de ser assim quando o povo recuperar o direito de escolher o presidente pelo voto direto”.

(Jaison Barreto, senador)

Esta frase que serve de título é a síntese do pronunciamento do senador Jaison Barreto, ponto alto do comício pró-diretas. Ele mesmo completou:

— Obter as diretas não é responsabilidade só dos partidos, mas de cada um de nós. O problema é de todos.

O senador continuou pintando o retrato de nossa miséria política, em cores duras:

— Durante anos os militares têm sido responsabilizados pelos desertos da vida nacional — mas nossa desgraça não teria durado tanto tempo se não fosse a sustentação dada por setores da sociedade civil, representados pelo PDS de hoje e pela Arena de ontem, coniventes na corrupção e no autoritarismo.

Na praça, a multidão aplaudia forte. Jaison continuou:

— Na hora em que os militares tendem a devolver ao país o direito de se autogovernar, a executiva do PDS reafirma sua intenção de perpetuar a ilegitimidade e o autoritarismo.

Jaison comparou as diretas com as eleições via colégio eleitoral:

— Diretas significam o fim do arrocho salarial, do desemprego, o início de uma melhor Previdência Social aos trabalhadores, de uma nova política educacional onde todos tenham acesso a um ensino público e gratuito, de melhores condições de habitação. E o que é mais importante: diretas significam também devolver a soberania ao país, hoje submetido aos interesses estrangeiros.

No mesmo pronunciamento, o senador do PMDB mostrou claramente que tipo de eleições o Brasil precisa:

— Não aceito nenhuma saída que não seja pela via direta. O colégio eleitoral é ilegítimo, espúrio. Os autênticos partidos de oposição só terão credibili-

dade e respeitabilidade enquanto se mantiverem fiéis a princípios éticos claros — e ninguém da oposição com um mínimo de dignidade poderá participar deste colégio.

Lá pelas tantas do discurso, sempre apoiado e inflamado pela massa, o senador Barreto atacou duramente o governador Esperidião Amin:

— Homenageio os pedessistas que, como democratas, entendem que as diretas são a saída para nossa crise. Ao contrário dos farsantes, que se dizem a favor mas votam contra. Que jamais objetivam suas afirmações pró-diretas com atos consequentes, sempre fugindo da disputa.

Esta atingiu em cheio ao governador. Irritado, depois de ler o noticiário do comício nos jornais, Amin apelou contra Jaison, apoiado por generosos espaços na grande imprensa.

“Jaison não tem autoridade moral para me recriminar...”, foi uma das expressões muito repetidas, nervosamente, por Esperidião. E ainda relembrou episódio das enchentes, “em 13 de julho o senador Barreto quis a intervenção no nosso Estado”, concluindo suas agressões afirmando que Jaison, no Senado, fizera apenas três discursos durante o ano, um deles comentando a invasão de Granada.

Agora, o troco do senador Barreto, igualmente forte:

— Amin não esteve no comício. Durante o ano inteiro figurou nas manchetes dos jornais como um governador do PDS pró-diretas. Na hora em que o povo catariense se mobilizou para reivindicá-las, ele fugiu para São Paulo. Flagrado na mentira, incapaz de comprovar seu discurso, ficou irritado. E partiu para agressões, procurando fugir do principal.

Jaison identificou a origem da agressividade de Amin:

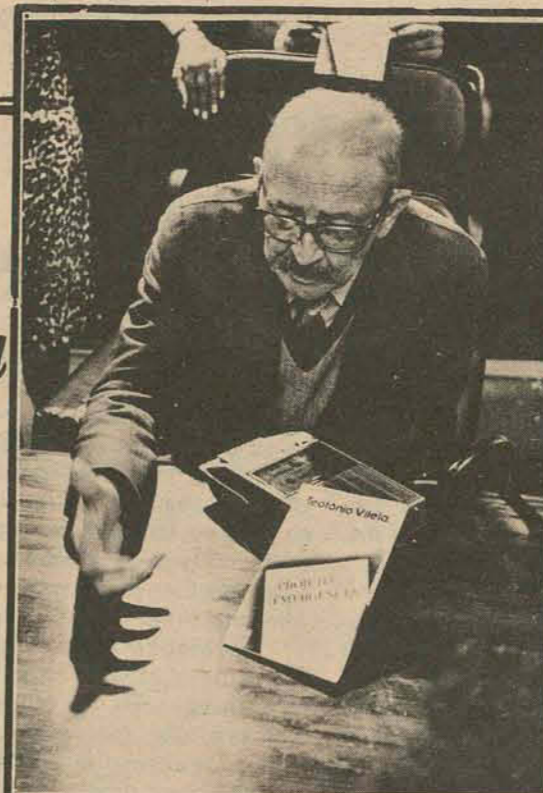
— Ele está inseguro. Precisa apelar contra mim. Sua administração vive momentos tumultuados, já perdeu as bases de sustentação, política — basta ver as recentes declarações em tom crítico do ex-governador Henrique Córdova. E as manchetes diárias dos jornais estão revelando a gente catarinense o quadro de corrupção que permitiu a sua eleição, levando-o a insistir na cobrança da aceitação de minha parte de uma derrota que não houve.

Jaison rebateu também o episódio de 13 de julho:

— Pedi a intervenção em Santa Catarina e pediria outra vez. Pedi naquela ocasião porque estava preocupado com a população flagelada. Havia comunidades isoladas em Rio do Sul e no Alto Vale, enquanto Amin, irresponsavelmente, desfilava pelas tevês e declamava poesias. Nós, líderes da Oposição, pedimos a intervenção no próprio palácio, queríamos entregar as Forças Armadas tarefas de salvamento e apoio aos flagelados. Os golpistas quando querem vão aos quartéis, coisa que jamais fizemos.

Finalmente, Jaison, que é segundo vice-presidente do Senado e também presidente da CPI da Previdência Social, ironizou as críticas de Amin a seu desempenho parlamentar:

— Já que ele é leitor assíduo de meus discursos, vou enviá-lhe outros. Como ele não gostou especificamente de um sobre Granada, onde condenei a invasão americana, aproveito para explicar que política externa é atribuição do Senado, por isto me ocupo do tema. E seria bom, também, que ele procurasse saber o que anda acontecendo pelo mundo. No Oriente Médio, na América Central e, por que não? na Argentina de Alfonsín.



Teotônio Vilela Morre o homem, vive a idéia



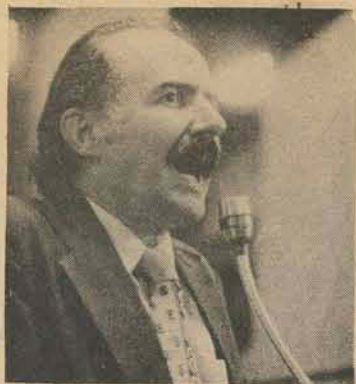
Nada mais oportuno que o paralelo entre a campanha pelas eleições diretas e aquela que sacudiu o país no final dos anos setenta em prol da anistia. As lições da nossa história recente ajudam-nos a imprimir rumos mais consequentes à ação política atual.

Por isso, o exemplo do bravo guerreiro Teotônio não cairá no esquecimento. A mobilização pelas diretas é um legado de Teotônio, herança que nos transmitiu o seu talento e a sua fortaleza de espírito.

Teotônio tornou irreversível a campanha pelas diretas quando foi convocado a substituir o presidente do PMDB. Nessa oportunidade veio a Santa Catarina, fixando a imagem já legendária da sua bravura em defesa dos desertados desta nação. O seu grito pelas diretas ressoa ainda hoje, antecipando esse clamor nacional em que se transforma a campanha pelo direito inalienável do povo brasileiro de escolher o presidente da República.

fotos de alfonso abraham
texto de josé carlos vidal





Ganhar as ruas para ganhar as urnas



Se os feiticeiros do poder continuarem persistindo nessa prática de escolher o "ungido", não acredito que esse novo presidente, escolhido indiretamente e, portanto, ilegítimo, tenha condições de permanecer por mais de dois anos no cargo.

Ele não vai ter credibilidade nem moral para tomar medidas que impeçam uma inflação como a deste ano passado, que continuará a ocorrer. E o povo não vai mais suportar esses níveis inflacionários, novamente. Certamente se insurgirá contra o governo, numa grande explosão social. (Deputado Francisco Küster).

A eleição indireta para Presidente da República, através de um Colégio Eleitoral ilegítimo, não representa a vontade do povo brasileiro.

Voltam-se contra o povo todos aqueles que defendem a manutenção do pleito indireto, desfigurado, nas atuais condições, pelo casuísmo de um jogo de cartas marcadas. Mais de 90% dos brasileiros — a esmagadora maioria da opinião pública nacional — se contrapõem a esse resquício de autoritarismo e obscurantismo.

Há 20 anos o povo está proibido de escolher o seu dirigente maior. Os governos autoritários desse período foram perdendo legitimidade junto à sociedade civil e revelando, especialmente na presente situação, total incapacidade de encaminhar soluções para os problemas econômicos e sociais do país, mergulhando, no momento, na sua mais grave crise.

A percepção de que as eleições diretas são a única for-

ma de se resolver a crise político-institucional e econômica do Brasil ganhou toda a sociedade civil. Até as classes dominantes, a alta burguesia e as classes médias burguesas e tecnoburocráticas, perderam o medo das eleições diretas.

Embora não sejam uma panacéia para os problemas do país, as eleições diretas são uma condição necessária para a democratização do regime e para um governo com legitimidade política. Por isso, elas são um instrumento primordial para a mudança do atual modelo econômico.

Apesar de serem uma possibilidade concreta e uma extraordinária oportunidade histórica, as diretas esbarram no impasse político do oportunismo do PDS, cuja maioria de dirigentes e parlamentares pretende utilizar esse instrumento espúrio e autoritário que é o Colégio Eleitoral para beneficiar interesses particulares.

Os pedessistas que votarem

contra a emenda que restabelece as diretas terão de ser responsabilizados publicamente, pois, como tem alertado o presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, "poderá ocorrer uma explosão social no país se for negado o direito de o povo escolher seus governantes pelo voto direto".

A reivindicação das "diretas já" se torna cada dia mais forte e amadurecida na sociedade civil brasileira, para quem não resta outra alternativa senão buscar um governo democrático.

Entidades e partidos começam, finalmente, a jogar a campanha das diretas na rua, num esforço de mobilização popular que tenderá a se constituir numa campanha nacional sem precedentes em nossa história de lutas políticas. Trata-se de chamar o Congresso à responsabilidade, de pressioná-lo para que aprove uma emenda constitucional que restabeleça o pleito direto para Presidente da República.

A palavra de ordem, agora, é a mobilização popular pelas eleições diretas. É preciso organizar Comitês Municipais Suprapartidários pró-diretas. É preciso realizar reuniões nos bairros e nas localidades do interior, concentrações populares nos centros urbanos, passeatas com o enterro simbólico do Colégio Eleitoral.

A campanha pró-diretas não pertence a este ou aquele partido, a esta ou aquela entidade, mas é uma luta que não tem donos. Esta é uma norma que orienta os trabalhos de articulação da campanha a serem desenvolvidos, nos próximos meses, pelo recém criado Comitê Estadual Pró-Diretas, constituído por dezenas de entidades que, com os partidos de oposição, estão empenhadas em ganhar as ruas para ganhar as urnas.

(Jacó Anderle, presidente da Fundação Pedroso Horta em Santa Catarina).

Curar a doença

Nossa manifestação se faz para dar cumprimento a esta vontade delegada e, acima de tudo, é um imperativo da convicção pessoal.

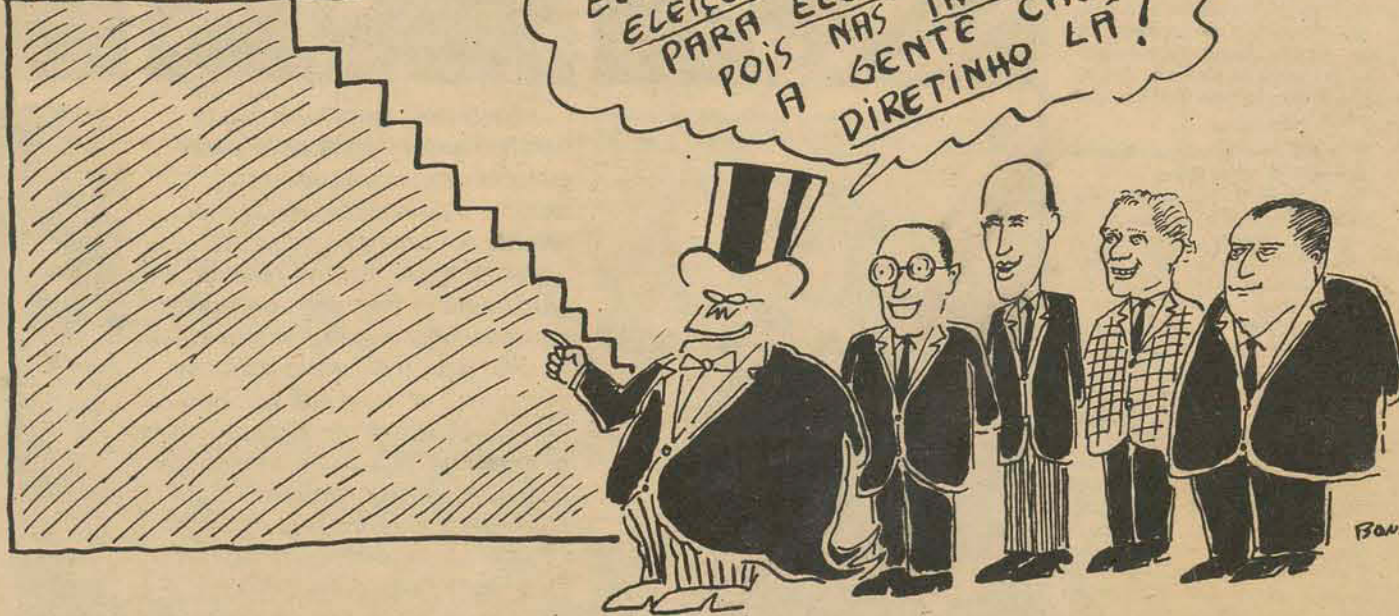
Exercitar medicina é um contínuo ato político, na medida em que tratamos diariamente com os problemas da população, expressos na forma de doença. Esta — a doença — enquanto negação da saúde, se apresenta estatisticamente distribuída na população em paralelo com os níveis de renda.

Assim é que vivenciamos, no cotidiano profissional, um dos reflexos mais candentes da concentração de renda: a desestruturação física, mental e social do brasileiro, que é a síntese final da política do sistema. Este, por outro lado, atribui aos profissionais da saúde o papel de bombeiro, de amortecedor social, em condições de trabalho e remuneração cada vez mais revoltantes.

Deste fato hoje temos consciência. Nós e a maioria dos médicos. Daí a politização da categoria e sua presença, de público, para exigir o controle do poder pelo povo.

Se este princípio sempre foi válido, hoje o é mais do que nunca, diante da crise sócio-econômica e da recessão sem horizontes.

Estava certa a Associação Médica Brasileira, ao divulgar



o pensamento de que a maior doença do brasileiro, hoje, é a política econômica do governo.

Para curar-nos deste mal, para rompermos com esta política, a eleição direta para presidente da República é o melhor dos remédios.

O PDS entregou ao presidente Figueiredo a missão de coordenar a indicação do "ungido". Recém Figueiredo devolveu esta coordenação ao PDS.

Não seria o momento do PDS devolver ao povo esta missão?

(Luís Carlos Espíndola, presidente da Associação Catarinense de Medicina).

De baixo para cima

As diretas são um primeiro caminho para curar o país. E a grande oportu-

nidade de mandar para a cadeia os ladrões de gravata.

"Se nossos governantes tiverem o mínimo de sensibilidade e capacidade de percepção dos anseios populares e formos cidadãos brasileiros responsáveis e preocupados com o futuro do país, as eleições diretas serão irreversíveis e para já".

A afirmação é de Anita Pires, do diretório regional do PMDB e coordenadora do movimento de mulheres do partido.

Para ela, as diretas "são também a grande oportunidade histórica que tem o presidente Figueiredo de deixar um legado honesto e de força para a história política do Brasil".

Essa etapa política, a luta pelas diretas, segundo Anita, "depende de nossa capacidade de luta como homens e como

Não esquecer Anita Pires

A luta dos jornalistas

Oposição sindical busca um novo caminho

Para que serve, enfim, o sindicato dos jornalistas de Santa Catarina? Não se quer, aqui, repisar lições de Primeiros Passos. O que se quer é levantar, em linhas gerais, o que o sindicato deixa de fazer — e o quanto isso pesa sobre nós — e o que deve ser feito. A utilização desse espaço, em Lutas da Maioria é calculado: precisamos tornar público que há jornalistas trabalhando séria e arduamente para devolver à população a confiança na nossa categoria, hoje profundamente abalada.

Precisamos mostrar, num trabalho contínuo, que não temos, necessariamente, as mesmas idéias políticas das empresas que nos pagam salários. Que não entendemos o sindicato como um convalesce entre os alegres rapazes da imprensa — como diria, não sem sarcasmo, o saudoso Adolfo Zigelli. E que, para nós, o sindicato significa luta por profissionalização e provisionamento; por aperfeiçoamento profissional; por piso salarial; por dignidade profissional a nível de empresa, fonte e público; e por participação efetiva na luta de todos os trabalhadores, dos quais somos parte.

Como estamos hoje?

Não me alongo desafiando a inoperância do sindicato até porque, na minha opinião, a causa dessa inoperância não reside nos erros de uma diretoria, onde o presidente, sozinho, arca com as críticas generalizadas ao imobilismo — mas, sim, na incompreensão dos problemas da categoria, por força de anos e anos de mesmice sindical. Ou, de entendimento completamente avesso do que é um sindicato de empregados.

Hoje, sequer se sabe quem faz parte da entidade, mesmo sabendo-se que a atualização desses dados é exigência da lei — não fosse uma primária necessidade organizacional. O sindicato é incapaz, há anos, de cobrar regularmente as mensalidades. A entidade não se posiciona frente a LSN, que toda a Nação abomina, menos nós, a julgar pelo silêncio mantido em torno dos jornalistas catarinenses por ela atingidos — e aqui o verbo contém toda a violência do ato. O sindicato não analisa, debate ou condena o injurioso programa econômico do governo, que nos massacra a todos. Não divulga decisões, não realiza assembleias, não discute salários, não reúne nem une os jornalistas, não regulariza a situação profissional dos companheiros e não sindicaliza — o que é, talvez, a sua contradição maior: o sindicato parece fazer força para não ter força. Nada é feito: do burocrático ao político, do elementar ao complexo, do obrigatório ao necessário. Nada. Por que estamos tão mal?

É preciso ver por trás da atual gestão para compreender que a pergunta remete à ausência histórica, na categoria, da própria discussão sindical. Sejam claros: a modorrenta apatia que impregna o sindicato há muito tempo, com raríssimos momentos de exceção, é criminosa. Vejamos porque: os jornalistas estão cansados de recorrer a dois ou três bicos e sub-bicos para comprar pão, leite, carne, gasolina e educação. Claro, há os que não precisam de nada disso. Mas estes também precisam menos do sindicato. Temos jornalistas na constrangedora situação de receber salário que não ultrapassa os 70 mil cruzeiros. Só lembrar esse fato faria ruborizar qualquer companheiro, quanto mais

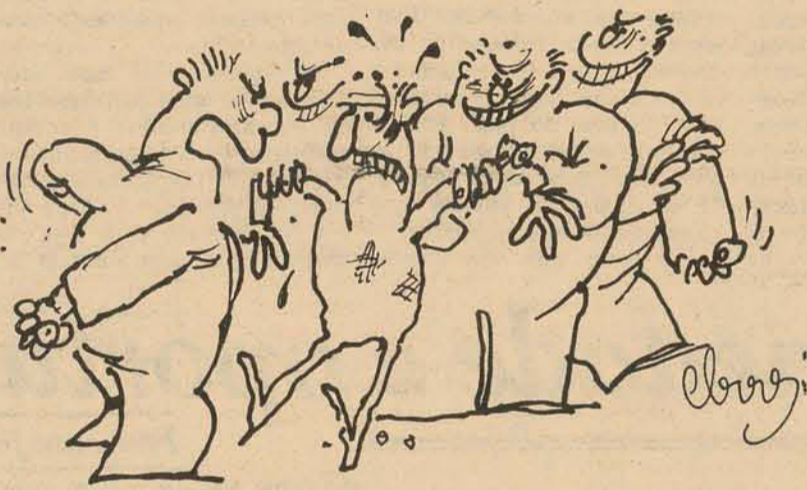
os que se propõem a dirigir uma entidade de empregados.

Mas a questão salarial adquire ainda outros matizes. Com um salário desses, não é de surpreender que há repórteres, fotógrafos ou cinegrafistas interessados em cobrir festividades, inaugurações, coquetéis, na esperança grotesca de salvar a janta. Por isso, ainda somos tratados em certos escalões do poder — e não é só ali — como meros office-boys da notícia, compráveis com algumas doses de uísque ou com a perspectiva de um sub-emprego a mais.

Em algumas áreas da população é tido como certo que todos nós somos pagos para dizer, escrever ou fotografar o

que mandam as empresas. Isso não significa que inexistam jornalistas comungando das mesmas idéias, ideologia ou partido dos donos de veículos ou chefes de repartições, onde estão os assessores. Há os que o fazem e a isso têm direito. Mas o sindicato tem a obrigação intransferível de defender até à exaustão e por todos os meios aqueles que se negam a pensar como as empresas; que se negam a ser vistos como divulgadores de recados que interessam a grupos, travestidos em notícia; que respeitam leitores, ouvintes e telespectadores; que não querem carteirinha do sindicato para entrar em festa; que não fazem do sindicato um trampolim para a aproximação ao poder; que não entendem o sindicato

Mais um jornalista agredido



Desta vez foi Auvary Monteiro, do jornal "Povo", que havia criticado o vereador Augusto Vianna, do PDS de Blumenau.

Depois de um jogo de futebol entre a equipe do semanário "Povo" e vereadores das bancadas do PMDB e PDS, Augusto César Vianna e mais cinco elementos foram tirar satisfações de Auvary Monteiro sobre críticas ao vereador pedessista. E por mais de cinco minutos, sem interferência alguma, agrediram covardemente a socos e pontapés o jornalista. Com vários hematomas pelo corpo, a ocorrência foi registrada no mesmo dia, 3 de novembro, no 1 Distrito Policial, e Auvary levado para o Hospital Santa Isabel.

O jornalista defende o direito do vereador de não gostar de críticas, mas entende que seu direito pode ser defendido legalmente. E não através de agressão física e, principalmente, de seis contra um.

A Associação dos Profissionais de Imprensa de Blume-

nau, representando 60 filiados, em nota oficial, de protesto, repudiou a agressão ao jornalista do "Povo". Enfatiza o documento que o vereador Augusto César Vianna, do PDS, "demonstrou total e absoluta incapacidade para o exercício de qualquer função pública, dando mostra de selvageria, ignorância e brutalidade, incompatíveis com as tradições do legislativo blumenauense".

Acrescenta que "o senhor Augusto César Vianna ignora, em plena vigência de seu mandato malfadado, que o exercício da edilidade está sujeito ao crivo da opinião pública e da imprensa e esta como legítima expressão da primeira". Por outro lado a nota "repele, pois, de forma veemente, toda e qualquer tentativa de violência que sirva para intimidar, coibir ou assustar os jornalistas, no legítimo exercício de sua profissão". E finaliza dizendo que "fica, assim, a manifestação pública da APIB acerca de tão repugnante episódio que apenas

serve para deslustrar o legislativo e provocar mal estar na classe jornalística".

MAIS VIOLÊNCIA

O vereador Lauro Guesser, do PMDB de São José, denunciou, há poucos dias, a concessão de um alvará para a construção de um motel na cidade, feita de forma irregular. O fato gerou confusão na Câmara e o vereador peemedebista acabou agredido por outro vereador, do PDS, Loreni de Andrade.

Mas o fato não intimidou Lauro Guesser, que continua denunciando as intermináveis fontes de corrupção da administração do município. Agora, acusa a vice-prefeita Marli Marçal, também do PDS, de estar envolvida em negociatas de areia, favorecendo seu marido, que é dono de depósito.

O vereador do PMDB já ingressou com pedido de afastamento de Marli, que é, também, da Secretaria da Prefeitura Municipal no bairro de Barreiros.

como fórmula mágica para ter imunidade no emprego; e, principalmente, àqueles que são obrigados a pegar bicos por puro desespero, por falta de piso salarial.

O que devemos fazer?

Há cerca de oito meses iniciamos um Movimento de Oposição Sindical que já fez mais pela dignidade profissional do que gestões inteiras do sindicato. Realizamos três grandes encontros estaduais. Encaminhamos mais de 40 companheiros a DRT, e quase outros tantos ao sindicato, assessorando na documentação, extremamente burocratizada. Temos à nossa disposição uma das mais qualificadas bancas de advocacia do Sul do País, capitaneada por Edésio Passos, que começou a estudar a questão dos que não tem segundo grau. Tiramos 15 edições do Jornal dos Jornalistas, com cerca de 9 mil exemplares distribuídos por todo o Estado e para os Sindicatos de jornalistas do resto do país, repletos de informações sindicais e profissionais.

Trouxemos para o debate importantes jornalistas de outros Estados, para discutir a profissão e o sindicato. Nos posicionamos publicamente contra a LSN e em favor dos companheiros atingidos. Realizamos ininterruptamente, todas as quartas-feiras, uma reunião aberta, para a qual raramente comparecem menos de 15 pessoas. Mandamos delegados ao ENCLAT e ao CONCLAT. Fizemos mais de 20 viagens ao interior. Temos uma Comissão Executiva eleita em Encontro Estadual que visitou oficialmente os veículos de comunicação. Vamos eleger a nossa chapa para concorrer ao sindicato, com voto secreto, e respeitar seu resultado. Vamos realizar o IV Encontro (convenção), na Assembleia Legislativa, já cedida pela Presidência daquela casa. Temos uma secretaria de finanças que arrecada fundos para o MOS todos os meses, prestando contas no Jornal dos Jornalistas. Tiramos uma ampla proposta sindical, que contempla as aspirações nacionais e locais dos jornalistas. Fizemos o início de um criterioso trabalho de levantamento salarial a nível estadual.

Resumindo: esta é a nossa proposta de sindicato, completada com outras realizações concretas só possíveis quando estivermos na diretoria. O trabalho, sabemos, tem sido tão bem recebido que até mesmo membros da atual gestão e de outras, anteriores, nos emprestaram incentivo e apoio. É compreensível. Estamos trabalhando e trazendo uma velha mas diferenciada visão sindical. E todos os que trabalham no jornalismo catarinense sabem disso. Afinal, precisamos manter o que nos resta de dignidade e recuperar a que perdemos.

AYRTON KANITZ

da Comissão Executiva do MOS, professor de jornalismo da UFSC e correspondente, em SC, do jornal O Interior.

As nossas diretas e as diretas de Amin

Adelmo Genro Filho

A proposta do PMDB de eleições diretas não é a mesma de Amin. Não queremos um pleito sob a tutela do regime militar, da corrupção e da fraude. Queremos uma eleição com ampla liberdade de organização partidária e livre propaganda pelos meios de comunicação. Queremos diretas como instrumento para o avanço da luta contra o regime militar. E não como um meio de legitimá-lo.

Para quem observa os fatos na superfície, a política é mesmo uma caixinha de surpresas. De um lado, nomes comprometidos até a medula com o regime militar, tal como o governador Esperidião Amin, coniventes com todas as violências econômicas, políticas e policiais que o governo tem cometido contra o povo — seja através de atos ou da omissão astuciosa — estão propondo eleições diretas para Presidente da República. Por outro lado, a oposição conciliadora — capitaneada principalmente por Tancredo e Brizola — admite um acordo direto com o regime para apoiar mais um presidente “indireto”.

Sem dúvida, uma situação singular. A hipocrisia de certos políticos do PDS levou-os a assumir uma postura política que o cinismo da oposição conciliadora não permitiu manter. Ora, vindos de posições políticas circunstancialmente distintas, embora no fundo representem os mesmos interesses de classe, tanto uns como outros querem legitimar-se diante de um futuro tempestuoso e imprevisível que se afigura no horizonte. Não é difícil de entender. Eles sabem que a rebeldia popular que já se derrama pelas ruas vai cumprir algum papel nos acontecimentos políticos que se avizinham, por isso devem ir bem mais adiante do que gostariam para não submergir na tempestade. E Amin, para ficar no mesmo exemplo, quer manter o seu lugar. Portanto, precisa ensaiar um sorriso liberal para ser um dos protagonistas da pantomima democrática que o regime talvez seja obrigado a montar, exatamente para manter inalteradas as bases fundamen-

tais de sua dominação. O cenário está sendo construído pela própria crise. Enquanto isso, Esperidião Amin, Jair Soares e outros espertos do PDS prepararam a maquiagem dos novos tempos, já ensaiando algumas falas, embora com inequívoco tom de falsete.

Os conciliadores da oposição, entre os quais merecem destaque a maioria dos governadores, encontram-se em situação inversa. Em tempos bem recentes queriam posar de paladinos dos interesses majoritários, vociferavam contra o regime e esgrimam o nome do povo para denunciar o autoritarismo e as injustiças sociais. Agora, temem ser levados de roldão pela maré das lutas operárias e populares que avança a cada dia. Ora, eles não querem transformações efetivas para o país. Qualquer entendimento de seus antigos discursos nesse sentido é mera coincidência, isto é, coincidência de seus interesses pessoais com uma aparência de oposicionista “viril” que precisava ser mantida antes das eleições de 82. E para apagar a má impressão que poderiam ter deixado junto ao regime militar, para não perder a confiança das classes dominantes neste momento de crise econômica e política, eles preferiram perder completamente a vergonha. Nem mesmo eleições diretas para Presidente da República, uma reivindicação tímida diante do descalabro que se fez no país, foram capazes de manter.

O quadro dessa aparente mudança de papéis, desse fenômeno que aos desavisados aparece como uma inversão de posições, não poderia ser outro.

Uma inflação de mais de 150 por cento nos últimos doze meses, o dobro previsto na Carta de Intenções com o FMI. Um decréscimo sensível da produção agrícola e industrial deste ano em relação ao ano passado. Oito milhões de desempregados que, segundo os cálculos do próprio governo, pode atingir 13 milhões no ano que vem, o que seria cerca de 30 por cento da mão-de-obra ativa do país. Divisão no próprio PDS em torno da sucessão, sobre a intensidade do arrocho salarial e a manutenção da equipe econômica, já completamente desmoralizada diante da Nação. Tudo isso demonstra que, momentaneamente, as classes dominantes estão divididas quanto as formas de manter a exploração sobre os assalariados e o povo em geral. Nesse contexto, Andreazza parece representar a pura e simples continuidade do grupo de Figueiredo. Maluf apostando tudo no aparato militar e na repressão como “saída” para a crise. E Aureliano querendo ser o representante mais amplo dos interesses estratégicos da burguesia, buscando fortalecer socialmente a base do regime, tentando (e conseguindo) sensibilizar segmentos da oposição. Todos eles, porém, fiéis representantes do capital financeiro e peregrinos servidores do regime militar.

No entanto, essa situação tem sua contrapartida. As greves cada vez mais amplas e organizadas, os trabalhadores progressivamente mais conscientes sobre a necessidade de enfrentar a política econômica e o próprio regime. A CUT organizada. O espírito de luta das forças operárias e populares cada vez mais elevado. Assim, a fo-

me, o desemprego e a subserviência do governo ao FMI e seus banqueiros está encontrando uma resistência inesperada pelos homens do governo.

Desse modo, uma parcela das classes dominantes e dos políticos que a representam, já estão vendo nas eleições diretas uma válvula de escape para aliviar a pressão social e manter a essência do regime inalterada. Essa eleição, naturalmente, para que possa servir aos interesses do sistema, deve ser realizada com a existência da Lei de Segurança Nacional, com a manutenção do aparato repressivo, com o controle monopolista dos meios de comunicação de massa, com as restrições atuais à liberdade de propaganda e organização partidária. Enfim, deve ser realizada dentro da “camisa de força” jurídica e militar do atual regime. Por isso, de parte das oposições conseqüentes, não tem sentido defender eleições diretas para Presidente sem defender igualmente as condições efetivamente democráticas que dariam algum sentido a essa eleição. Isso seria fazer o jogo dos banqueiros e trair os interesses populares. Além disso, não é suficiente lutar por eleições diretas sem, ao mesmo tempo, levantar as demais reivindicações políticas e econômicas que estão mobilizando as amplas camadas de assalariados. Sem vincular essa luta ao enfrentamento da política econômica, às greves e mobilizações, ao fortalecimento da CUT, à luta pela reforma agrária e contra a dominação dos monopólios, enfim, à luta por um novo regime que seja representativo sobretudo dos interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

Espelho meu

500 milhões para promover Amin. Um produto caro e ruim.

Apesar do irrisório reajuste concedido ao funcionalismo público estadual, apesar das constantes manifestações de que Santa Catarina não tem dinheiro, seja devido às enchentes, seja devido aos poucos recursos obtidos junto à União, o governador Esperidião Amin não parece preocupado com os abusivos gastos para tentar vender sua própria imagem.

Certamente a lógica de Amin deve seguir a dos tempos da campanha política que, com uma eleição fraudulenta, o elegeram: a lógica de que, desde que seja para beneficiar o governo,

não interessa de onde saia o dinheiro, mesmo que seja do povo ou dos órgãos públicos, sustentados estes, em última análise, pelo dinheiro de impostos.

Para o deputado Roberto Motta, do PMDB, por exemplo, o governo estadual não está em condições de arcar com a projeção de um novo produto, o governador Amin, devido a suas dificuldades financeiras tão alegadas.

Referindo-se à farta propaganda que o governo do Estado tem feito com respeito à ação de reconstrução em Santa Catarina, através dos meios de comu-

nicação, Motta diz que “quando se dá uma esmola, toca-se muita trombeta”.

Para o parlamentar peemedebista, Amin deveria fazer o mesmo que os governadores do Paraná, José Richa, e de São Paulo, Franco Montoro, os dois do PMDB, que sem qualquer solicitação publicaram os gastos que têm efetuado com a imprensa, justificando os motivos.

Por outro lado o líder da bancada do PMDB na Assembléia, Geovah Amarante, acusa o governo de Amin de já ter gasto mais de 500 milhões de cruzeiros com publicidade:

Jaison
condena
2.065

Aumentou a cota de sacrifício de cada brasileiro para pagar aos banqueiros internacionais os juros dos juros da nossa dívida externa: o Congresso Nacional aprovou o decreto governamental 2065, um duro golpe na economia do país. Atenção: foi o partido do governo, o PDS, quem aprovou o 2065, com a cumplicidade do PTB, comprado em negociações testemunhadas pela nação, contra o voto das oposições conseqüentes.

Para o senador Jaison Barreto, que votou contra o projeto, o 2065 não vai servir em nada para resolver a grave crise que envolve o Brasil. Segundo Jaison, “o decreto-lei 2065 poderá dar apenas um curto alívio ao ditador da política econômica, em nada solucionando a verdadeira crise que assola o Brasil: a dos desempregados e a daqueles que temem perder seus empregos”.

Também disse que o decreto não trará vantagens para os mutuários do BNH e vai acabar se voltando contra eles, já que “o senhor Delfim Neto é mestre em criar ardis que enganam até mesmo adversários dos mais prevenidos”.

Jaison Barreto adverte, ainda, que “as negociações entre setores governamentais e o PDS e o PTB implicam numa ação política da qual não poderá o Governo deixar de extrair conseqüências, a não ser que, totalmente surdo à realidade, cometa o desatino de manter intatos seus rumos atuais e, dessa forma, condenando todos, inclusive seus partidários, à irremediável radicalização”.

A PARTE

Conselho Comunitário de Joaçaba denuncia empreguismo no IPESC

“Apesar dos pedidos da comunidade e das lideranças de Joaçaba, a Agência Regional do IPESC de nosso município, vergonhosamente, é posse exclusiva da família Laske. Anteriormente era agente Anelise Laske, cunhada do Presidente do Diretório do PDS, Darci Laske, que está residindo em Florianópolis. Ele agora, indicou sua esposa Elfi Laske, irmã da anterior, com o aval vergonhoso do Governo do Estado. Gostaríamos

de lembrar ao Governador, ao Secretário da Administração e ao Presidente do IPESC, que nesta transação, o “Programa de Respeito ao Cidadão” deve ser arquivado em uma simples lata de lixo de um banheiro qualquer.

Recordamos ainda que se providencie com urgência, a ESCRITURA DE POSSE E O REGISTRO DE IMÓVEIS em nome desta família, outorgando-lhe, direitos vitalícios da Agência Re-

gional.

Para o conhecimento da opinião pública catarinense, o Presidente do Diretório de Joaçaba, Darci Laske, também incompetentemente Coordenador da 09 UCRE, de nosso sofrido município, propaga a política partidária em primeiro lugar nesta repartição, onde a Educação e o Ensino, são apenas joguetes de interesses pessoais e parentes privilegiados.” (Conselho de Desenvolvimento Comunitário).

Os estudantes e uma boa parte dos professores, preocupados com bandeiras mais avançadas e amplas, que incluíam propostas para a sociedade, sentiram-se excluídos do processo.

A realização das eleições diretas e respeito ao seu resultado final, trouxe também outro fato novo à UFSC. A ala mais reacionária, principalmente a ligada ao ex-reitor Erich Stemmer, ficou totalmente marginalizada, sem condições de incluir um representante sequer na lista sêxtupla.

Ainda durante a reunião dos 58 membros do Conselho Universitário houve a tentativa de inclusão na lista dos nomes dos professores Paulo Lago e Nilson Paulo, atual vice-reitor, que se negou participar das diretas. Mas os conchavos foram inúteis, pois a maioria dos conselheiros resolveu acatar a decisão dos 9 mil eleitores.

Eleições

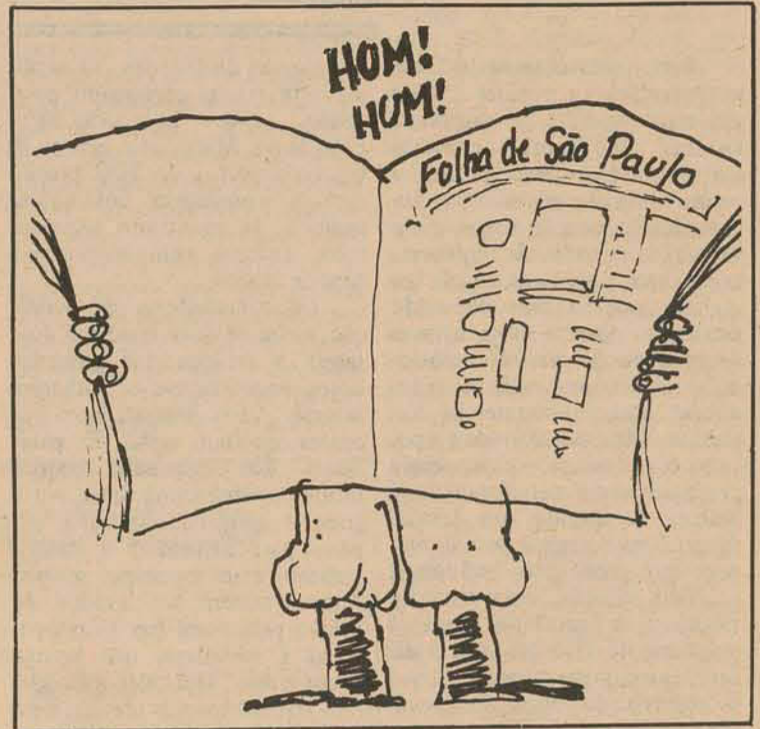
do eleitorado geral. O resultado é que o candidato da reitoria, Rodolfo Pinto da Luz, venceu as eleições junto aos professores e funcionários, e mais da metade dos estudantes deixaram de comparecer às urnas.

Consultando a absoluta semelhança dos programas dos candidatos oficiais e dos representantes da chamada “comunidade acadêmica”, calcados na luta por mais verbas para a Universidade, a massa de votantes preferiu quem está mais perto do cofre e quem tem a confiança dos que conhecem o seu segredo.

As eleições diretas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina dias 11 e 12 de novembro, cujo resultado final foi referendado pelo Conselho Universitário dia 14, demonstrou, por um lado, que processos democráticos para a escolha de dirigentes já são assimiláveis em setores da administração pública. Mas, por outro, ao consagrar o candidato da Reitoria como o cabeça da lista sêxtupla que será remetida ao Presidente da República, afirmou na prática que os setores mais avançados dos movimentos sociais devem repensar suas alianças com as facções mais atrasadas.

Este recado é para o movimento dos professores universitários que, para tentar obter votos dos funcionários e professores mais conservadores, acabou lançando candidatos que não chegaram a empolgar os estudantes, que representavam 1/3

Professores sobem, Militares descem



A Folha de São Paulo pediu à população de seis capitais brasileiras que dessem notas de 0 a 10 a diversas categorias profissionais. Os militares ficaram na “lanterna” com a baixa média de 3,8.

As pessoas ouvidas deram opiniões como estas: “Se não existisse militar no poder, o Brasil não estava nesta situação”. “Os militares merecem menos de zero, pois afinal o País está assim por incompetência deles”. O “aumento da corrupção” foi

também uma responsabilidade atribuída aos militares.

Outro dado interessante recolhido pela pesquisa é que à medida em que aumentava a escala social dos entrevistados, desce a nota atribuída aos militares. É a classe média arrependida.

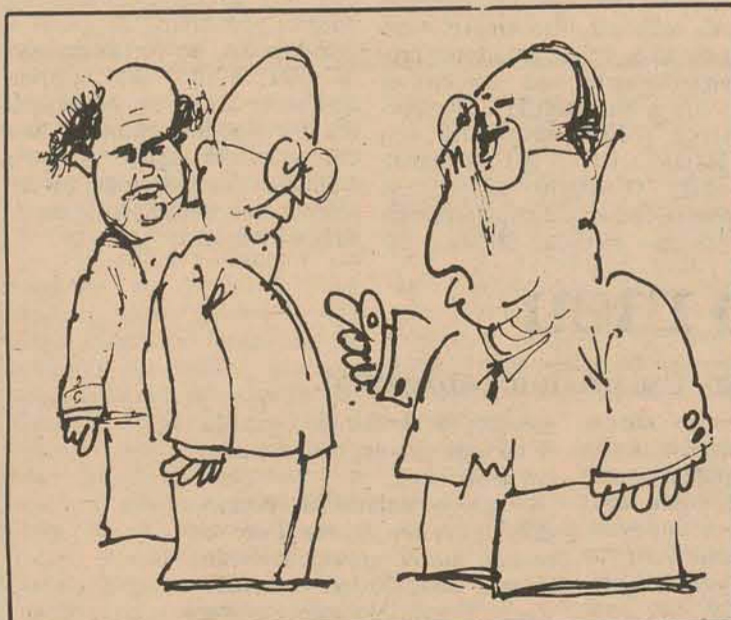
A nota mais alta foi atribuída aos professores, justamente uma das categorias mais mobilizadas contra o regime militar que desgraça o país.

Mordomia

Pelo menos alguém lucrou com a vinda do presidente Figueiredo e sua comitiva a Santa Catarina para inaugurar uma Feira de Avicultura: o proprietário do Hotel Marambaia, de Camboriú, que teve 50 suítes alugadas à mordomia oficial. As verbas prometidas para a reconstrução do Estado, mais uma vez, foram apresentadas em forma de promessas.

Os próprios jornalistas que acompanham Figueiredo diariamente já não agüentam mais o tédio. “Nada acontece de novo. O Figueiredo não dá matéria há muito tempo”. Segundo eles, o desinteresse do general em governar é notório.

Sempre carrancudo durante o tempo em que permaneceu em Santa Catarina, Figueiredo recebeu uma série de pedidos de verbas. Não atendeu a nenhum. Em Esperidião Amin e Henrique Córdova, Figueiredo passou um “sabão”, alegando que os dois estão desunindo o seu partido, complicando o pró-



cesso sucessório. “Se o partido está desunido, de que adianta eu coordenar o processo?”, teria perguntado Figueiredo aos desafetos locais do PDS.

Mas Amin não se abalou. Alegre com a presença de reporteres da grande imprensa nacional, o Governador não deixou por menos: copa livre para

todos no restaurante Imperatriz. Sem dúvida, os jornalistas visitantes tiveram uma boa amostra das mordomias do governo.

Uisque, vinhos, cerveja, filés e camarões, tudo por conta dos cofres do Estado. “Para difundir a hospitalidade de Santa Catarina”, segundo Amin,

Insensatez

O comentarista Moacir Pereira, conhecido pelo seu moralismo e por suas ligações com o governo estadual, informa (JSC 12/11/83) que “professores sensatos e considerados equilibrados, que silenciavam ou se posicionaram contra a última paralisação” colocam-se na linha de frente para uma greve total da UFSC, reivindicando um reajuste maior dos seus salários. Já era tempo dos eternos renitentes a qualquer

mudança ou movimento, começar a apoiar o trabalho de anos que vêm fazendo os professores “insensatos e desequilibrados” que tantas vitórias conseguiram pela categoria, entre elas reajustes diferenciados, plano de carreira do Magistério Superior e as últimas eleições diretas na UFSC. A tudo isto, o comentarista, que também é professor (dos “sensatos e equilibrados”) vinha combatendo com arrogante desenvoltura.

expediente

Lutas da Maioria é responsabilidade da Editora Maioria. Almirante Lamego 7, 301. Florianópolis. Caixa Postal 1295. Jornalista responsável, Francisco Karam.

Os 16 bispos, 22 padres, 3 pastores, 13 religiosos, 52 leigos e 9 índios reunidos em Itaici (SP) na V Assembléia Nacional do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), reconhecem que o problema do índio não será resolvido sem que se solucione o problema de toda a sociedade, sem que todo povo brasileiro possa autodeterminar-se na condução de sua vida. Os participantes desse encontro denunciaram: a subordinação ilegal das terras indígenas à tutela da Segurança Nacional; a política oficial do regime, que, levando o país ao caos econômico, entrega inclusive as próprias reservas indígenas à cobiça das multinacionais, como as 11 reservas engolidas pelo Projeto Carajás e as áreas sateré-maué, munduruku e waimiri-atroari, violadas por companhias petrolíferas e de mineração. E concluem: "os 11 anos de convivência do CIMI com o sofrimento, com as lutas e com as vitórias indígenas, seladas freqüentes vezes pelo sangue de índios e missionários, nos confirmam a certeza de que essa causa perdida, para o lucro e para a prepotência, é uma causa vitoriosa para o Evangelho e a História".

Demolição

Durante a formação da chapa "Construção", alguns articuladores da chapa pró-Pedro Ivo e João Linhares desfaziam da capacidade das bases em articular sua própria chapa. E houve quem dissesse que a chapa de Pedro e Linhares viria para demolir a "Construção", e por isso, pensavam, simbolicamente, em dar o nome de chapa "Demolição". João Linhares chegou a dizer, em conversa com alguns militantes do PMDB no diretório que ele era, de fato, um representante da direita dentro do partido (o que não é novidade pra ninguém) e que sua chapa teria mulheres, jovens e trabalhadores. Todos de direita.

É cada vez mais compreensível a atitude de integrantes do PMDB como Linhares. E o nome "Demolição" à sua pretensa chapa reflete bem os objetivos do grupo que representa. Ao menos quanto ao PMDB, Linhares foi coerente. Ainda mais com as crescentes negociações, a nível nacional, visando à formação de um novo partido, abrigo para os integrantes do ex-Partido Popular.

Trabalhadores, desempregados, estudantes, donas-de-casa, representantes de sindicatos, partidos políticos, igreja e entidades populares, por mais de duas horas, em 25 de outubro, manifestaram-se contra os acordos com o Fundo Monetário Internacional, contra a Lei de Segurança Nacional, contra a política econômica do governo federal e estadual, além de exigir uma ampla e profunda reforma agrária para o país, em ato promovido pela CUT.

Defronte à Catedral, o presidente do Partido dos Trabalhadores no Estado, além de manifestar-se contra toda a política governamental, condenou veementemente a covarde e arbitrária invasão da sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília,

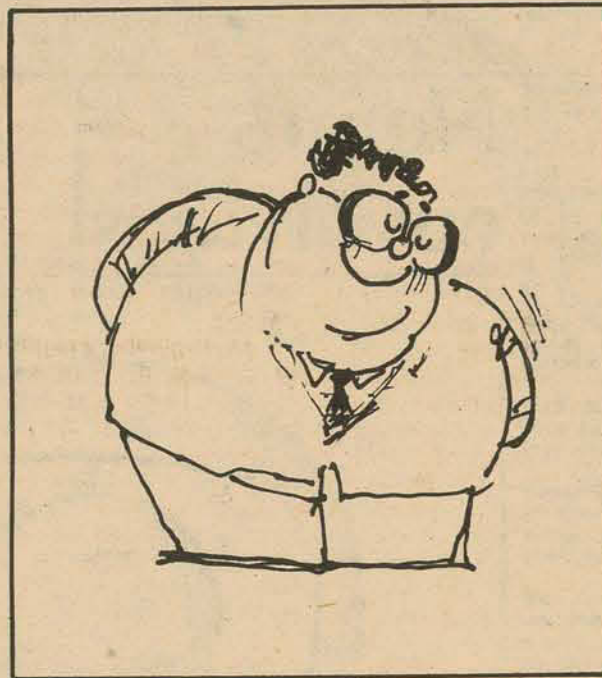


ordenada pelo general Newton Cruz, o executor das medidas de emergência no Distrito Federal. Em meio a palavras de ordem, à leitura de manifestos e

de discursos, foi queimado um pacote de cerca de um metro quadrado, simbolizando o decreto 2064, que afinal também foi derrubado.

Preocupante

"É o Delfim Neto quem manda. Ele se opõe aos partidos, e todo mundo abaixa a cabeça. Quem é esse Delfim Neto para ter esse prestígio? A obra dele está aí: estamos falidos. Ele nos levou à falência com o apoio dos militares. E continua sendo sustentado por essa gente. Tenho razão para estar preocupado". (Heráclito Sobral Pinto, 90 anos, na Isto É de 9/11/83).



Negros

organizada, viável e com alto grau de justiça social, Zumbi é lembrado pela história como aquele que, depois de resistir heroicamente ao cerco e ataque dos brancos e dominadores, preferiu o suicídio, atirando-se de um precipício, do que render-se. Aliás, a história também conta (não a oficial e mentirosa, é claro) que Domingos Dias Velho, o chefe do ataque, levou milhares de orelhas de negros como lembrança da destruição da República dos Palmares.

O dia 20 de novembro é comemorado, em todo o Brasil, exceto pela historiografia oficial e errônea, como o Dia Nacional de Consciência Negra. Ele marca a morte de Zumbi, o rei da República dos Palmares.

Quase 300 anos depois de sua morte (1696 ou 97, há dúvidas), Zumbi continua como símbolo de resistência dos negros diante de qualquer tipo de dominação.

Rei de uma República

Em pronunciamento na Câmara de Florianópolis, a vereadora Clair Castilhos lembrou que o verdadeiro dia de luta pela libertação dos negros é 20 de novembro, e não o 13 de maio, erra-

damente entendido como o dia de libertação, já que foi "abolida a escravatura" neste dia.

A vereadora também destaca que, 96 anos após esta chamada "abolição", o negro brasileiro continua vivendo em condições miseráveis, sem saúde, com baixa escolaridade, e discriminado em todas as instâncias sociais, com exceção daqueles que, de uma ou outra forma, adquiriram a ideologia do "branqueamento".

Na semana de articulação da chapa "Construção" o deputado Lauro André da Silva, pertencente a então chapa oficial, chegou a pensar numa nota de repúdio à concorrente. Demovido, a tempo, de sua surrealista idéia, Lauro André ia cair, certamente, no ridículo e no absurdo.

Primeiro, porque a concorrência à convenção regional é assegurada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos e legislação específica. E, segundo, porque tentar impedir que alguém concorra, quando isto é assegurado, é querer o monopólio do Poder. Neste caso, além de anti-ético, é antidemocrático. E a nota de repúdio não seria apenas à chapa concorrente, mas à própria democracia.

Mas a infelicidade do deputado não pára aí.

Indignado com a chapa das bases do PMDB, o parlamentar disse que seus articuladores eram "um bando de irresponsáveis", no que foi prontamente rebatido pela Juventude do PMDB.

Em nota oficial, a JPMDB, depois de explicar sobre sua atuação e responsabilidade, acabou concordando com Lauro André num ponto: que tinha sido irresponsável somente no fato de ter ajudado a eleger o deputado.

5ª coluna

O deputado peemedebista Roland Dornbusch (ex-PP) acusou, em discurso na tribuna da Assembléia Legislativa, os setores progressistas do partido, especialmente as bases, de terem tumultuado a reunião do dia primeiro de outubro, quando foram escolhidos os critérios para a composição do diretório regional.

Em seu pronunciamento, disse que "não venham estes agitadores a perturbar a vida do partido, pois mais uma vez, com a demonstração do tumulto, não deixaram margem de dúvidas quanto à sua origem". O mais insólito é que o deputado distribuiu seu discurso - infeliz e irresponsável - para várias regiões do Estado. Com isso pretendeu desacreditar aqueles setores.

Roland Dornbusch, na verdade, confunde "tumulto" com defesa de posições. E como todo bom autoritário, não é capaz de conviver com a divergência. Divergência esta gerada na discussão dos critérios para a composição do próximo diretório regional, que reservava poucas vagas ao movimento de mulheres, à juventude do PMDB, ao movimento sindical e à Fundação Pedrosa Horta.

Aliás, o discurso e a prática política de Dornbusch o identificam muito mais com o discurso e prática do PDS do que propriamente a de um parlamentar que defenda o estatuto e o programa do PMDB, que pregam a efetiva defesa dos interesses populares. E critica quem toma esta posição. Ou seja, não trabalha e ainda não quer que os outros trabalhem pelo partido.

Mais de 40 por cento da totalidade das verbas publicitárias aplicadas no País destinaram-se à Rede Globo, de propriedade do empresário Roberto Marinho. Se somarmos a esse total a publicidade investida no jornal O Globo, na rede Globo de rádio em AM e FM, e na Editora Rio Gráfica, esse montante aproximase de 50 por cento. Isto é, somando toda a publicidade aplicada no Brasil, do "Oiapoque ao Chui", quase a metade vai para um empresário, Roberto Marinho, o general sem farda do regime que se instalou no País a partir do golpe de março de 1964.

Como foi implantada no Brasil a Rede Globo? A que interesses atende? Essas e outras questões foram respondidas pelo professor Daniel Herz numa tese de mestrado apresentada na Universidade de Brasília. Daniel Herz, que atualmente é Chefe do Departamento de Comunicação e professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, vasculhou documentos que revelam as ligações da Globo com os subterfâneos do regime.

A história começa em 1961 quando Roberto Marinho inicia contatos com o grupo norte-americano Time-Life. Na época, diversos órgãos de comunicação começaram a ser procurados por empresas norte-americanas para serem ajudados a "salvar a democracia" que se dizia ameaçada pela crise social. Essa crise, como se sabe, foi enfrentada por um golpe militar que levou o Brasil para o buraco que se encontra hoje. Mas por trás dos militares havia uma conspi-

Plim Plim em nós

A Rede Globo defende as multis e o regime militar.

ração de empresas multinacionais que reorientaram a economia e se aposaram do país, associando-se às classes dominantes locais. A implantação da Globo seguiu essa tendência.

Negociata Internacional

No dia 28/6/62 foi constituída a empresa TV Globo. Menos de um mês depois, no dia 16/7/62, o grupo norte-americano Time-Life enviou US\$ 1,5 milhão de dólares. E sete dias depois dessa remessa, a Globo assinava com o Grupo Time-Life contratos que rendiam ao grupo norte-americano 30 por cento dos lucros líquidos e 3 por cento do faturamento bruto da Globo.

O tempo passou e os contratos só passaram a vigorar em toda sua plenitude após o golpe de 1964, quando surgiram as condições políticas adequadas para praticar essa ligação inconstitucional. Explicase: a Constituição proíbe que estrangeiros controlem ou tenham ingerência intelectual e administrativa sobre qual-

quer empresa de comunicação.

Mesmo com a tranqüilidade trazida pelo golpe, algumas reações começaram a surgir e no dia 15/1/65, foram retificados os contratos da Globo com o grupo Time-Life. A manobra foi grosseira e assim pode ser resumida:

1) A Globo vendeu para Time-Life seu prédio da rua Von Martius, no Rio de Janeiro.

2) Imediatamente, a Globo passou a alugar esse prédio do grupo Time-Life, pagando pelo aluguel 45 por cento do lucro líquido, além de 3 por cento do faturamento bruto.

Investigação Sem resultado

O descontentamento de empresas que passaram a sofrer a "desleal" concorrência da Globo — que recebia do Grupo Time-Life milhões de dólares, assistência técnica e administrativa — precipitou diversas reações. E em 1966 desenvolveram-se três processos de investigação sobre as ligações entre a Globo e o grupo Time-

Life: uma Comissão de Investigações nomeada pelo Ministério da Justiça (seus três membros chegaram a conclusões divergentes, um contra a Globo e dois a favor); uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal (concluiu que as ligações Globo/Time-Life eram inconstitucionais) e um processo no âmbito do Conselho Nacional de Telecomunicações (concluiu que as ligações eram irregulares, mas que deveria ser dado um prazo à Globo para providenciar na regularização). Sobre o resultado desse processo no CONTEL, segundo o depoimento do ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, dois personagens tiveram participação importante para que se chegasse a um resultado favorável à Globo: Comandante Euclides Quandt de Oliveira, que era presidente do CONTEL (foi Ministro das Comunicações no governo Geisel) e Haroldo Corrêa de Mattos, que segundo Lacerda teve ordens expressas do Governo para votar favoravelmente à Globo (atual Ministro das Comunicações).

Daniel Herz explica porque os governos pós-64 demonstraram tanto

empenho na implantação da Rede Globo: "O modelo econômico adotado, baseado na concentração da renda e de instalações no País de indústrias que produzem bens sofisticados, necessitavam de um instrumento de estimulação de mercado. Para atingir esse mercado gerado pela concentração da renda, ou mesmo mas disperso geograficamente, a televisão era o veículo mais barato e esse foi o papel confiado à Globo. Além deste papel econômico, existe o papel político, que é o mais evidente: fazer propaganda do Governo e justificar o regime".

"O Governo apresenta a existência da Globo e das redes privadas — prossegue Daniel — como o modo natural da televisão existir. Na verdade, a legislação vigente apenas admite condicionadamente a exploração comercial desse serviço público que é a televisão. O Governo poderia, por exemplo, determinar que a televisão fosse controlada por sindicatos ou entidades socialmente representativas. Para isso não seria preciso mudar uma vírgula na legislação. Temos que ter claro que o Governo entrega a televisão à exploração privada, especulativa e comercial de mercenários como Roberto Marinho porque essa estratégia faz parte de um regime que serve exclusivamente às classes dominantes. O rádio e a televisão são serviços públicos importantes demais para serem entregues a empresas privadas que defendem, ilegítima e ilegalmente, interesses privados e particulares. Por isso precisamos lutar, urgentemente por uma democratização do rádio e da televisão".

Uma importante descoberta da tese do professor Daniel Herz evidencia que a criação da Rede Globo decorreu de um plano articulado pelos responsáveis pelo golpe de março de 1964. Ficou comprovado que os nomes dos principais implicados na implantação da Globo eram membros e lideranças ativas do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais — IPES, que conduziu a conspiração contra o governo de João Goulart, apoiado por grandes empresas nacionais e multinacionais, conforme revelou o pesquisador René Armand Dreifuss no livro "1964: a conquista do Estado", publicado pela Editora Vozes. Aqui estão nomeados alguns dos que intervieram direta ou indiretamente para a implantação da Globo e que foram membros do IPES:

Marechal HUBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO — Primeiro Presidente da República após o golpe de 1964, mostrou-se omissivo e conivente com as manobras para implantar a Rede Globo.

Marechal ARTUR DA COSTA E SILVA — Segundo Presidente após o golpe de 1964, recebeu como herança de Castelo Branco a incumbência de decidir definitivamente sobre processos abertos contra Rede Globo. Decidiu favoravelmente à Globo.

General ERNESTO GEISEL — Como chefe da casa militar do governo Castelo Branco foi informado pessoalmente por Roberto Marinho das ligações com o grupo norte-americano Time-Life. Não tomou nenhuma atitude.

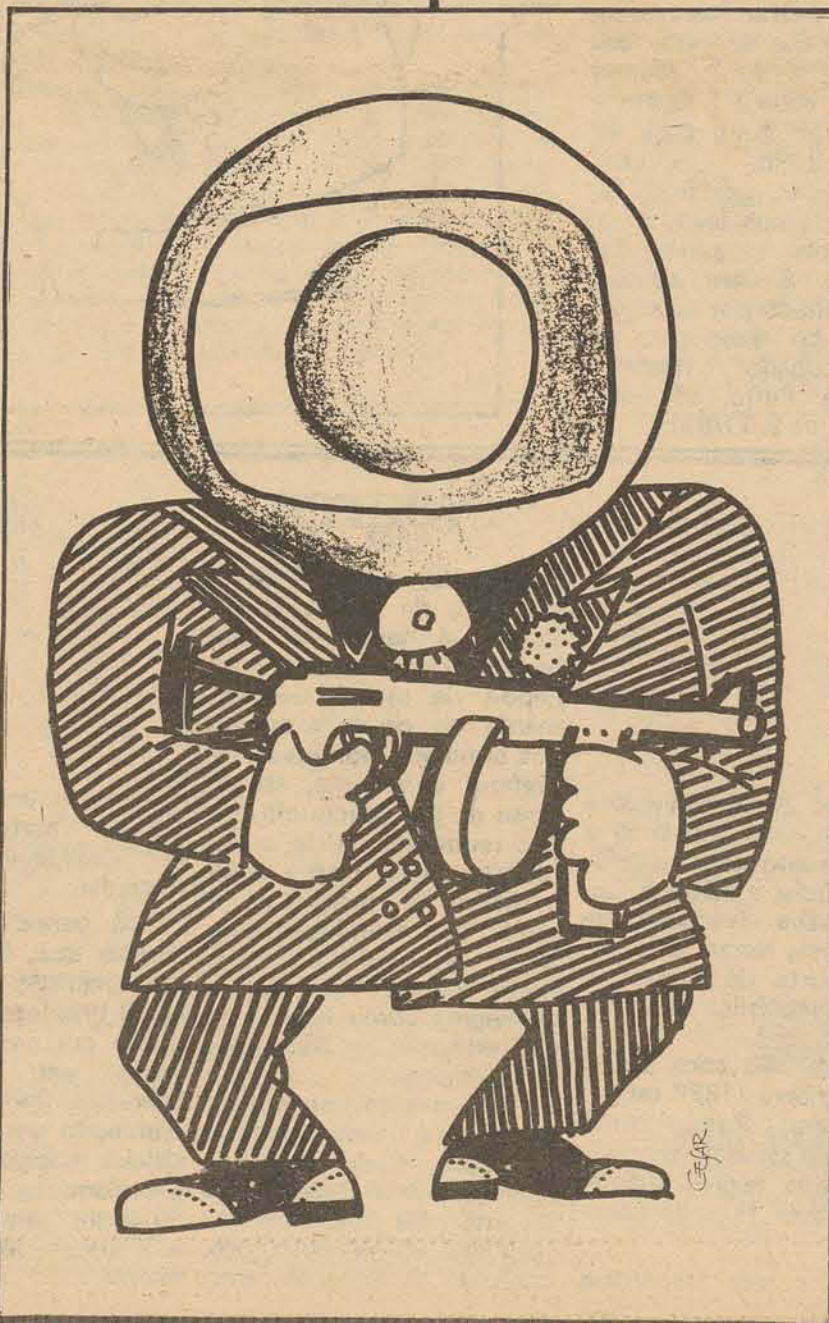
General GOLBERY DO COUTO E SILVA — Como chefe do Serviço Nacional de Informações — SNI (que teve origem nos seus arquivos pessoais, montados durante o trabalho no IPES), no governo Castelo Branco, também foi informado pessoalmente por Roberto Marinho. É óbvio que nada fez: no IPES era o encarregado de planejar o "controle da opinião pública".

Tenente-Coronel JOÃO BATISTA FIGUEIREDO — Roberto Marinho enviou, antes de 64, para o Presidente João Goulart uma correspondência citando suas ligações com o grupo Time-Life. Goulart submeteu a carta ao Conselho de Segurança Nacional. Após o golpe de março de 1964, graças à "gentil" intervenção do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, o atual general João Batista Figueiredo, a carta deixou de ser apreciada pelo Conselho e foi devolvida a Roberto Marinho.

LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E SILVA — Ministro do Trabalho no governo Castelo Branco (foi responsável pelo fim da estabilidade de emprego e pela criação do FGTS) e Ministro da Previdência no governo Geisel, foi nada mais nada menos do que o advogado da Rede Globo que intermediou a assinatura dos contratos com o grupo Time-Life. Isto é, foi o maior responsável pelo verniz jurídico que tentou mascarar as ligações inconstitucionais da Globo com o grupo norte-americano.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS — Foi o grande articulador, em nome dos interesses internacionais da política econômica dos governos pós-64. Foi Ministro do Planejamento (o Delfim da época) no governo Castelo Branco. Vários dos membros da sua "gang" (inclusive o advogado da Globo, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva) intervieram para beneficiar a Globo. Teve a honra de pressionar pessoalmente o presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL, para que esse órgão não cassasse a concessão da Rede Globo e admitisse a vinculação com o grupo Time-Life. Hoje recebe espaço de estrela de cinema no Jornal Nacional e na programação da Globo.

Nomes envolvidos Frente de luta



A Rede Globo e as empresas de comunicação que defendem interesses particulares começam a enfrentar grande resistência. Está sendo formada por diversas entidades uma Frente Nacional de Luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. E essa luta está iniciando a partir de Santa Catarina.

De 2 a 7 de outubro passados, o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina realizou simultaneamente dois eventos: o IV Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social e o VII Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação. Na sessão final desses eventos, cujo tema era "Políticas de Comunicação na América Latina", foi realizada uma reunião para debater as perspectivas de luta por políticas de Comunicação para o Brasil.

Por iniciativa do Curso de Jornalismo da UFSC, pela primeira vez no Brasil, realizou-se uma reunião tão expressiva de entidades associativas e de categorias profissionais para discutir a luta pela democratização dos meios de comunicação. Estavam presentes representantes da Federação Nacional dos Jornalistas; Sindicato dos Radialistas de São Paulo; Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro; Grupo de Mídia (publicitários) de São Paulo; Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro; Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul; Associação dos Profissionais de Processamento de Dados, seção Rio Grande do Sul; Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC).

O documento aprovado pelas entidades propõe "o desmantelamento da Rede Globo e da estruturação monopolista da radiodifusão", o que envolve todas as redes privadas de televisão. Como alternativa, o documento propõe limites à propriedade de emissoras (nenhum empresário poderá ter mais de uma emissora de rádio ou canal de televisão) e defende a constituição de uma rede nacional, com vários canais, controlada por uma entidade pública e não subordinada ao Governo, dirigida por um Conselho representativo da sociedade civil, democraticamente constituído e vinculado ao Congresso Nacional.

No que se refere à imprensa, o documento defende que "pelo seu caráter social e pelo interesse popular que envolvem, as empresas jornalísticas não podem permanecer submetidas ao arbítrio dos interesses privados, especulativos e comerciais. O conceito de liberdade de imprensa não pode servir de biombo para a LIBERDADE DE EMPRESA, isto é, a liberdade para os interesses restritos do capital".

O documento apoiado pelas entidades não fica apenas na análise e inclui dezenas de propostas para a democratização e início de um controle popular da televisão, do rádio, da imprensa, das editoras de livros e de histórias em quadrinhos, da indústria fonográfica (discos), do cinema, do teatro, enfim, de todos os meios de comunicação de massa. Em meados de novembro deste ano, as entidades que apoiam o documento realizam em Brasília uma nova reunião, juntamente com outras entidades que aderiram, para formalizar a criação da "Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação".